



Whirlpool
CORPORATION

Demonstração Financeira

2018



INFORMAÇÕES GERAIS | DFP 2018

• Ações emitidas:

ON: 1.028.701

PN: 474.085

Total: 1.502.786

• Cotações:

WHRL3: R\$ 4,30

WHRL4: R\$ 5,10

• Contatos RI:

Suely Morales Zinezi
Chief Finance Officer - LAR

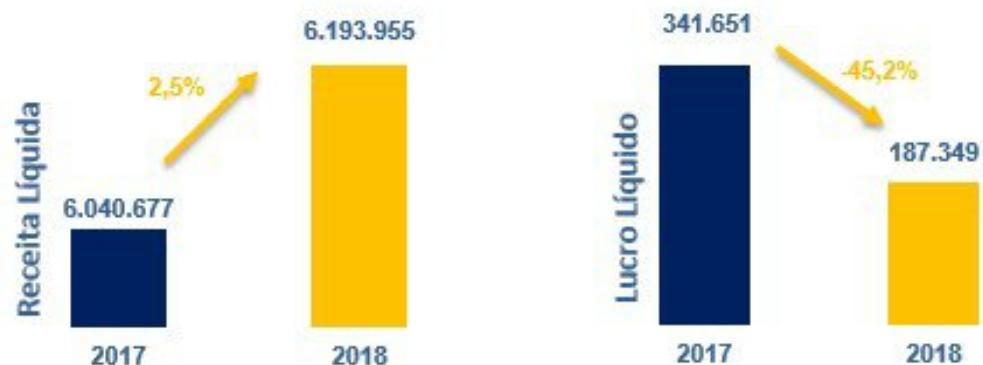
Bernardo Ribeiro Gallina
VP Legal LAR & Relações com Investidores

Thiago Agda de Sousa
Gerente de Controladoria Sênior

e-mail: investidores@whirlpool.com

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO | DFP 2018

A Companhia registrou em suas operações em continuidade no ano findo em 31 de dezembro de 2018 um lucro líquido de R\$187.349 ou 3,02% das receitas líquidas consolidadas, que totalizaram R\$6.193.955. No mesmo período em 2017, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$341.651 e uma receita líquida de R\$6.040.677. O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1,4572. O (prejuízo) lucro líquido consolidado da operação descontinuada é de (R\$13.282) em 31 de dezembro de 2018 e R\$85.995 em 2017.





1. Contexto Operacional

A Whirlpool S.A. (doravante denominada Companhia ou Whirlpool) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na B³ Brasil Bolsa Balcão (sob códigos de negociação WHRL3 e WHRL4).

No Brasil, possui quatro unidades fabris e um centro de distribuição. No exterior, possui três unidades fabris, sendo duas na China e uma na Argentina e possui escritórios na Argentina, Chile, Peru e Estados Unidos.

A Whirlpool S.A. e suas controladas têm por objeto social:

- a) A industrialização, a comercialização, a importação, a exportação, a comissão, a consignação e a representação de:
 - i. produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos e eletrônicos, outros bens de consumo, produtos alimentícios e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, tais como, mas não limitados a: refrigeradores, congeladores, refrigeradores-congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricadores de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e
 - ii. compressores herméticos para refrigeração, motores elétricos; e
 - iii. máquinas, equipamentos, ferramentas, fundidos, componentes, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado necessários à fabricação e venda dos produtos das Companhias.
- b) A prestação de serviços de manutenção, de instalação e assistência técnica, e de desenvolvimento de projetos relacionados aos produtos acima especificados.
- c) A compra e venda no mercado nacional de produtos adquiridos de terceiros, inclusive com a finalidade de realizar exportação para qualquer país.
- d) Armazém geral de produtos elétricos, eletrônicos, metalúrgicos, móveis e aparelhos eletrodomésticos, a guarda expedição, armazenagem e transporte de mercadorias e documentos, a locação de área, produtos e equipamentos e a prestação de serviços logísticos.



1. Contexto Operacional

Em 24 de abril de 2018 a Whirlpool Corporation e algumas de nossas subsidiárias ingressaram em um acordo de compra com a Nidec Corporation, uma empresa líder em fabricação de motores elétricos constituída sob a legislação japonesa, para a venda da nossa operação de compressores, conhecida como Embraco.

Seguindo o acordo de compra, ao fim da transação, Nidec irá pagar o valor de compra de US\$ 1,08 bilhão pela venda da Embraco. O valor de compra é objeto de ajustes de mercado incluindo o endividamento, o caixa e o capital de giro da Embraco no fechamento. A compra contém condições de garantias e acordos formais entre as partes, incluindo a aprovação dos órgãos reguladores dos EUA, Europa e outras jurisdições. É esperado que a finalização do processo ocorra durante o ano de 2019. A Whirlpool concordou em permanecer com alguns dos passivos fiscais, ambientais, trabalhistas e relacionados a produtos após o encerramento da transação.

Para informações adicionais relacionadas a transação de venda da Embraco, veja a nota 22 das informações anuais.

A emissão das presentes informações anuais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2018.



2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo o International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados, incluindo nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, cuja participação percentual detida na data do balanço é como segue:

	Participação no capital social - %			
	2018		2017	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	99,43	—	99,43	—
CNB Consultoria Ltda.	99,99	—	99,99	—
Latin America Warranty S.A.	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Argentina S.A.	98,70	1,30	96,87	3,11
Whirlpool Puntana S.A.	—	99,95	—	99,95
Whirlpool Chile Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Whirlpool Peru S.R.L.	—	100,00	—	100,00
Mlog Armazém Geral Ltda.	100,00	—	100,00	—
Informações das operações descontinuadas:				
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	66,92	30,82	66,92	—
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd.	100,00	—	100,00	—
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	100,00	—	100,00	—
Embraco North America, Inc.	—	100,00	—	100,00
Up Points Serviços Empresariais S.A.	54,50	—	54,50	—
Embraco Indústria de Compressores e Soluções em Refrigeração Ltda.	99,99	—	—	—

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia detém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, incluindo lucros não realizados nas operações comerciais são eliminados por completo.



2. Políticas contábeis--Continuação

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do balanço.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com a exceção das diferenças geradas por empréstimos em moeda estrangeira. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nestes empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido, devido ao hedge accounting.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

ii. Empresas do grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, até que ocorra a respectiva alienação da controlada no exterior.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Contas a receber, líquidas

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda do valor recuperável – créditos de liquidação duvidosa, se necessária. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para perda do valor recuperável é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio, incluindo frete e impostos não recuperáveis.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas a investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado, e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:



2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas, quando aplicáveis:

Impostos e Contribuições	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	5,00% São Paulo / 2,00% Joinville / 2,00% e 4,00% Rio Claro
ICMS (Estado de São Paulo e Santa Catarina)	18% e 17% respectivamente
ICMS - operação interestadual *	12,00%
ICMS - operação interestadual **	7,00%
ICMS - operação interestadual ***	4,00%
IPI (incidência por categoria de produto) ****	4,00% Fogão / 5,00% Fogão Elétrico / 10,00% Refrigeração / 10,00% Lavanderia

*ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Sul e Sudeste com exceção do Estado de Espírito Santo que se enquadra na alíquota da operação desriminada abaixo. (12%)

**ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Norte e Nordeste e Centro Oeste, incluindo ES (7%).



2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

***ICMS - operação interestadual – Produtos importados conforme Resolução do Senado Federal Nº.13 de 2012. (4%)

****IPI – Produtos com redução na alíquota devida à classificação energética classe A. (Base Legal Decreto Nº.8.035 de 2013).

2.7 Subvenções governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo Federal: SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus e SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e Governo do Estado: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e SEFAZ - Secretaria do Estado da Fazenda e de que serão auferidas. Os benefícios, substancialmente da controlada Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., são: (i) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionadores de ar de janela ou de parede de corpo único, a partir do ano calendário 2013; (ii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de fornos de micro-ondas (projeto de modernização), a partir do ano calendário 2015; (iii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionador de ar de janela ou de parede com mais de um corpo split system, a partir do ano calendário 2009; (iv) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de máquina de lavar louças, a partir do ano calendário 2012; (v) crédito estímulo de 55% para fornos de micro-ondas e 100% para aparelhos condicionadores de ar tipo janela ou parede de corpo único e condicionador de ar com mais de um corpo split system e máquina de lavar louças e aparelho eletromecânico para preparação instantânea de bebidas, em doses individuais, a partir de cápsulas, sobre o valor apurado a título do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até 5 de outubro de 2023; (vi) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e redução de 88% do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização. Esses benefícios fiscais referem-se à redução de despesas e, portanto, são registrados como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Caso aplicável, o valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear, exceto para o grupo de máquinas e equipamentos, ao longo da vida útil do ativo, há taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Taxas médias de depreciação anuais	
Edifícios	
Estruturas	2,50%
Benfeitorias	2,50%
Coberturas	6,67%
Instalações	6,67%
Máquinas e equipamentos	Unid. produzidas
Móveis e utensílios	10,00%
Veículos	20,00%
Informática	20,00%
Demais bens	10,00%
Imobilizado em andamento	n/a



2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado--Continuação

A Companhia não segregava valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com sua alienação.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A operação de sale and leaseback da Whirlpool S.A envolve a venda e o imediato aluguel do mesmo ativo. Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de sale and leaseback classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos imediatamente no resultado quando a transação for mensurada ao valor justo. Caso o preço de transação seja estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado e serão diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o respectivo contrato. Se a transação de sale and leaseback resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento.

A transação de sale and leaseback realizada em 2017 foi classificado como operacional e teve seu tratamento contábil conforme supramencionado.

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível--Continuação

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, quando aplicável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos anualmente; e (vi) capacidade para usar ou vender o ativo intangível.

Patentes e licenças de software

As patentes foram concedidas para um período de 10 anos pela agência governamental competente com a opção de renovação no final do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de 5 anos.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais e administrativas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação

a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação--Continuação

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento às normas contábeis.

c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.12 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina fundos de pensão de benefícios pós emprego (Nota 15) e assistência médica (Nota 16). As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registrados pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

A Companhia opera planos de benefícios definidos de pensões que exigem contribuições a serem efetuadas aos fundos administrados separadamente, bem como os planos de pensões de contribuição definida.

O custo de proporcionar os benefícios no âmbito dos planos de benefício definido é determinado separadamente para cada plano, usando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios definidos são reconhecidos na íntegra, no exercício em que ocorrem em outros resultados abrangentes. Tais ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em lucros acumulados e não são reclassificados para o resultado em exercícios seguintes. Os custos dos serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de benefícios definidos correspondem ao valor presente da obrigação de benefícios definidos, menos os custos do serviço passado e menos o valor justo dos ativos do plano a partir dos quais as obrigações devem ser liquidadas. Ativos do plano são os ativos que são detidos por um fundo de longo prazo do benefício do empregado ou apólices de seguro elegíveis. Os ativos do plano não estão disponíveis para os credores da Companhia, nem podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo é baseado em informações de preços de mercado e, no caso dos títulos cotados, é o preço da oferta publicada.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Benefícios a empregados--Continuação

O valor de qualquer ativo de benefícios definidos reconhecido se restringe à soma de todos os custos do serviço passado e ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano.

2.13 Remuneração com base em ações

A Whirlpool Corporation, controladora indireta da Whirlpool S.A., opera dois planos de remuneração com base em ações, ambos liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da matriz. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (iii) custo amortizado.

Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratualis do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa contratualis, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia possui para gestão dos seus ativos financeiros o modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, bem como, seus ativos financeiros são constituídos exclusivamente por pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Diante disso, os ativos financeiros da Companhia são classificados entre as categorias da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado: Estão classificados nesse grupo os ativos financeiros que estejam dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidas no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Esta é a categoria de mensuração mais relevante da Companhia e são compostos pelos seguintes ativos financeiros: Caixa e equivalentes, Contas a receber e Múltuo ativo.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Estão classificados nesse grupo os ativos financeiros que esteja dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados nessa categoria.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Estão classificados nessa categoria de mensuração os instrumentos de hedge da Companhia.

Passivos financeiros

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto por passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, contratos de garantia financeira ou compromissos de ceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado.

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A empresa não possui itens classificados nessa categoria.
- b) Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Estão classificados nessa categoria de mensuração: Fornecedores, mútuos passivos e financiamentos.

Operações de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de hedge de acordo com sua natureza, quais sejam:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Operações de hedge -- Continuação

- Como hedge de valor justo são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de hedge. Os itens objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Como hedge de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar variações no fluxo de caixa futuro estimado da entidade. Os itens objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido; e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

As operações de Hedge da Companhia seguem as diretrizes do CPC 38, visto que a Companhia optou por não realizar as alterações previstas no CPC 48, conforme permitido pela Norma.

2.15 Reconhecimento de receitas

Para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, a análise é baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de performance; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de performance e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A Companhia transfere o controle e reconhece uma venda quando enviamos o produto de nossa fábrica para nosso cliente ou quando o mesmo recebe o produto com base nos termos de envio acordados. Cada unidade vendida é considerada uma obrigação de desempenho independente e separada. Não temos obrigações de desempenho adicionais além das vendas de produtos que são relevantes no contexto do contrato. A quantidade de consideração que recebemos e a receita que reconhecemos varia devido a incentivos de vendas e retornos que oferecemos aos nossos clientes. Quando damos aos nossos clientes o direito de devolver produtos elegíveis, reduzimos a receita para a nossa estimativa dos retornos esperados.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamentos efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros.

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, sendo contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária no resultado da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.18 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais estão disponíveis as informações financeiras individuais ou separadas, as quais são revisadas pelo gestor da entidade que é responsável pela tomada de decisões operacionais e estratégicas, de forma individual ou em grupo, incluindo decisões sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

A Whirlpool S.A. é uma entidade legal que faz parte do consolidado da América Latina da Whirlpool Corporation, na qual o tomador de decisão gerencia a região como um todo. Devido ao fato de que as decisões são tomadas com base no resultado do consolidado da América Latina, não são preparadas informações individuais por

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Informações por segmento--Continuação

sociedade, produto ou outra segmentação para que o tomador de decisão as revise regularmente e, portanto, não há decisões sobre os recursos a serem alocados a segmentos distintos da Companhia em conformidade com o CPC 22 (IFRS 8). Desta forma, informações por segmento não são fornecidas.

2.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, foram as seguintes:

a) Instrumentos Financeiros CPC 48/ IFRS 9

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia, sendo eles caixa e equivalentes, contas a receber e mútuos ativos foram classificados como instrumento financeiro ao custo amortizado, conforme definido no item 2.14.

Outra mudança significativa que o IFRS 9 traz, refere-se à redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (impairment), substituindo o modelo de “perdas incorridas” do IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Diante disso, a Companhia reavaliou seu cálculo de PCLD realizando um estudo de perdas históricas por carteira de clientes e aplicando os respectivos percentuais calculados por classe de vencimento. Os impactos gerados pelo IFRS 9 estão devidamente apresentados na Nota Explicativa de Contas a Receber.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC38/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. De acordo com as novas classificações requeridas pelo IFRS 9, todos os passivos financeiros da Companhia, sendo eles mútuos passivos, financiamentos e fornecedores foram devidamente classificados como instrumento financeiro ao custo amortizado.

Com relação ao Hedge Accounting, a Companhia optou por aplicar os requisitos de contabilização de hedge do CPC 38 (IAS 39) em vez daqueles previstos no CPC 48 (IFRS 9). Sendo assim não houve efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos que não são usados como instrumentos de hedge.

b) Receita de Contrato com Cliente – CPC 47/IFRS 15

Transferimos o controle e reconhecemos uma venda quando enviamos o produto de nossa fábrica para nosso cliente ou quando o mesmo recebe o produto com base nos termos de envio acordados. Cada unidade vendida é considerada uma obrigação de desempenho independente e separada. Não temos obrigações de desempenho adicionais além das vendas de produtos que são relevantes no contexto do contrato. A quantidade de consideração que recebemos e a receita que reconhecemos varia devido a incentivos de vendas e retornos que oferecemos aos nossos clientes. Quando damos aos nossos clientes o direito de devolver produtos elegíveis, reduzimos a receita para a nossa estimativa dos retornos esperados.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018--Continuação

b) Receita de Contrato com Cliente – CPC 47/IFRS 15--Continuação

Com base em nossa avaliação, determinamos que não são necessárias mudanças significativas em nossos processos de negócios, sistemas e controles para adoção da nova norma contábil, e a mesma não altera o prazo ou montantes de receita reconhecidos em nossas demonstrações financeiras.

A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que a Companhia aplicou para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de performance; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de performance; e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O único ajuste identificado foi a reclassificação de créditos de IPI reconhecidos, conforme descrito na nota 13.2(b) e que representou R\$96.296 em 31 de dezembro de 2018 e (R\$135.798 em 2017) anteriormente registrados sob a rubrica de receita líquida de vendas e, passando a ser classificados sob a rubrica de outras receitas em 2018.

c) Economias hiperinflacionárias - IAS 29

No mês de junho, o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (INDEC) publicou os dados do índice de preços no atacado de maio de 2018, o qual tem sido publicado de forma consistente na Argentina e utilizado como base para acompanhamento da inflação no país. Com base na publicação, a qual indicou que a inflação acumulada nos últimos 3 anos ultrapassou 100%, a Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária. A aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias, prevê a correção monetária de ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias, aplicando um índice geral de preços.

A Companhia possui investimentos nas empresas Whirlpool Argentina S.A., Whirlpool Puntana S.A. e Latin America Warranty S.A., na Argentina. Diante disso, os itens não monetários assim como o resultado do período foram corrigidos pela alteração do índice de correção entre o período inicial de reconhecimento e o período de apresentação, a fim de que os balanços das subsidiárias estejam registrados ao valor corrente. Os impactos dessa avaliação estão devidamente apresentados no item "3.5 - Economia hiperinflacionária - IAS 29".

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2018

Relacionamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
IFRS 16: Leases	1º de janeiro de 2019	Determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Nossa estimativa no reconhecimento inicial é de R\$ 170.000 a R\$ 200.000 no balanço patrimonial decorrente do reconhecimento de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento a valor presente. A Companhia está finalizando o <i>assessment</i> para o reconhecimento e apresentação a partir de Q1'19. Dada a complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma, haja revisão da conclusão e dos itens no escopo, incluindo premissas para apuração dos valores presentes líquidos.
IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22)	1º de janeiro de 2019	A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação a apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.	A Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. A principal alteração será a divulgação acerca dos tratamentos incertos para os tributos sobre o lucro em nota explicativa específica.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação nas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extração.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.



3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Benefícios de aposentadoria--Continuação

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.



3.1 Reapresentação de saldos de períodos anteriores

3.1.1 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Ativos não circulantes e grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, o prazo estimado para que a venda seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independente se a Companhia reterá participação como não-controladora em sua antiga subsidiária após a venda. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Após completada a venda, a Companhia considera qualquer participação remanescente na associada, ou entidade sobre controle conjunto, de acordo com o CPC 31 (IFRS 05), a menos que a parcela retida pela Companhia faça com que a empresa continue a ser uma associada, ou entidade sob controle conjunto, que neste caso a Companhia utiliza a equivalência patrimonial.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 22. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações contínuas, a menos que mencionado de outra forma.

3.1 Reapresentação de saldos de períodos anteriores--Continuação

3.1.1 Reapresentação de saldos em função de aplicação de norma contábil na Demonstração do Resultado do Exercício da Controladora e Consolidado--Continuação

Segue abaixo a demonstração do resultado controlador e consolidado da Companhia para os doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 antes e após considerarmos as operações de compressores como atividades descontinuadas.

	Controladora			Consolidado	
	Divulgado em 31.12.2017	Operações descontinuadas	Reapresentação 31.12.2017	Divulgado em 31.12.2017	Operações descontinuadas
Receita líquida de vendas e serviços	6.270.514	(1.379.952)	4.890.562	9.040.815	(3.000.138)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(5.485.328)	1.195.975	(4.289.353)	(7.563.817)	2.582.777
Lucro bruto	785.186	(183.977)	601.209	1.476.998	(417.361)
Despesas (receitas) operacionais:					
Com vendas	(342.560)	37.573	(304.987)	(588.717)	109.105
Gerais e administrativas	(389.294)	159.106	(230.188)	(495.349)	216.084
Receitas financeiras	629.596	(281.324)	348.272	748.776	(315.772)
Despesas financeiras	(541.088)	244.027	(297.061)	(596.082)	276.755
Participação em sociedades controladas	258.669	(59.721)	198.948	(7.295)	—
Outras despesas, líquidas	45.959	(17.131)	28.828	1.846	16.749
	(338.718)	82.530	(256.188)	(936.821)	302.921
Lucro antes dos impostos e das participações	446.468	(101.447)	345.021	540.177	(114.440)
Imposto de renda e Contribuição social correntes	(22.112)	537	(21.575)	(139.143)	31.659
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	11.503	6.074	17.577	26.612	(3.214)
	(10.609)	6.611	(3.998)	(112.531)	28.445
Lucro antes da participação dos acionistas minoritários	435.859	(94.836)	341.023	427.646	(85.995)
Resultado líquido de operações descontinuadas	—	94.836	94.836	—	85.995
Participação de acionistas não controladores	—	—	—	8.213	—
Lucro líquido do exercício	435.859	—	435.859	435.859	—
Número de ações no final do exercício	1.502.786	—	1.502.786	1.502.786	—
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,2900	—	0,2900	0,2900	—
Atribuível:					
Acionistas da Companhia	435.859	—	435.859	427.646	—
Participação dos não controladores	—	—	—	8.213	—

3.1 Reapresentação de saldos de períodos anteriores--Continuação

3.1.1 Reapresentação de saldos em função de aplicação de norma contábil na Demonstração do Resultado do Exercício da Controladora e Consolidado--Continuação

	Controladora			Consolidado	
	Divulgado em 31.12.2016	Operações descontinuadas	Reapresentação 31.12.2016	Divulgado em 31.12.2016	Operações descontinuadas
Receita líquida de vendas e serviços	6.184.422	(1.415.549)	4.768.873	8.934.182	(3.051.796)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(5.474.416)	1.262.705	(4.211.711)	(7.634.030)	2.711.006
Lucro bruto	710.006	(152.844)	557.162	1.300.152	(340.790)
Despesas (receitas) operacionais:					
Com vendas	(314.545)	33.693	(280.852)	(492.640)	63.801
Gerais e administrativas	(341.979)	106.747	(235.232)	(433.157)	163.795
Receitas financeiras	838.538	(533.784)	304.754	981.837	(592.642)
Despesas financeiras	(798.265)	471.880	(326.385)	(853.116)	518.180
Participação em sociedades controladas	263.936	(72.463)	191.473	(13.902)	—
Outras despesas, líquidas	(10.391)	(11.222)	(21.613)	(55.932)	20.884
	(362.706)	(5.149)	(367.855)	(866.910)	174.018
Lucro antes dos impostos e das participações	347.300	(157.993)	189.307	433.242	(166.772)
Imposto de renda e Contribuição social correntes	(28.872)	—	(28.872)	(108.223)	3.326
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(6.640)	18.295	11.655	(8.279)	19.226
	(35.512)	18.295	(17.217)	(116.502)	22.552
Lucro antes da participação dos acionistas minoritários	311.788	(139.698)	172.090	316.740	(144.220)
Resultado líquido de operações descontinuadas	—	139.698	139.698	—	144.220
Participação de acionistas não controladores	—	—	—	(4.952)	—
Lucro líquido do exercício	311.788	—	311.788	311.788	311.788
Número de ações no final do exercício	1.502.786	—	1.502.786	1.502.786	—
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,2075	—	0,2075	0,2075	—
Atribuível:					
Acionistas da Companhia	311.788	—	311.788	316.740	—
Participação dos não controladores	—	—	—	(4.952)	316.740
					(4.952)

3.1 Reapresentação de saldos de períodos anteriores--Continuação

3.1.2 Reapresentação de saldos em função de aplicação de norma contábil na Demonstração do Fluxo de Caixa da Controladora e Consolidado

Segue abaixo a demonstração dos fluxos de caixa controlador e consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 antes e após considerarmos as operações descontinuadas e a classificação do vendedor como empréstimos e financiamentos.

	Controladora				Consolidado			
	Divulgado em 31.12.2017	Operações descontinuadas	Operações de vendedor	Reapresentação 31.12.2017	Divulgado em 31.12.2017	Operações descontinuadas	Operações de vendedor	Reapresentação 31.12.2017
Caixa Líquido Atividades Operacionais	828.858	—	(47.474)	781.384	1.026.664	—	(58.271)	968.393
Lucro antes dos impostos sobre a renda nas operações em continuidade	446.468	(101.447)	—	345.021	540.177	(114.440)	—	425.737
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda nas operações descontinuadas	—	101.447	—	101.447	—	114.440	—	114.440
Fluxo de caixa nas atividades operacionais	382.390	—	—	382.390	486.487	—	—	486.487
Fluxo de caixa líquido nas atividades operacionais de operações em continuidade	382.390	(179.784)	(47.474)	155.132	486.487	(120.057)	(58.271)	308.159
Fluxo de caixa líquido nas atividades operacionais de operações descontinuadas	—	179.784	—	179.784	—	120.057	—	120.057
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(254.264)	—	—	(254.264)	(243.260)	—	—	(243.260)
Fluxo de caixa líquido nas atividades de investimento das operações em continuidade	(254.264)	82.595	—	(171.669)	(243.260)	(68.478)	—	(311.738)
Fluxo de caixa líquido nas atividades de investimento das operações descontinuadas	—	(82.595)	—	(82.595)	—	68.478	—	68.478
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(452.815)	—	47.474	(405.341)	(372.098)	—	58.271	(313.827)
Fluxo de caixa líquido nas atividades de financiamento das operações em continuidade	(452.815)	97.703	—	(355.112)	(372.098)	97.704	—	(274.394)
Fluxo de caixa líquido nas atividades de financiamento das operações descontinuadas	—	(97.703)	—	(97.703)	—	(97.704)	—	(97.704)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	121.779	—	—	121.779	411.306	—	—	411.306
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	322.103	—	—	322.103	756.352	—	—	756.352
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	443.882	—	—	443.882	1.167.658	—	—	1.167.658

3.1 Reapresentação de saldos de períodos anteriores--Continuação

3.1.2 Reapresentação de saldos em função de aplicação de norma contábil na Demonstração do Fluxo de Caixa da Controladora e Consolidado--Continuação

	Controladora				Consolidado			
	Divulgado em 31.12.2016	Operações descontinuadas	Operações de vendor	Reapresentação 31.12.2016	Divulgado em 31.12.2016	Operações descontinuadas	Operações de vendor	Reapresentação 31.12.2016
Caixa Líquido Atividades Operacionais	752.973	—	161.016	913.989	1.208.828	—	145.396	1.354.224
Lucro antes dos impostos sobre a renda nas operações em continuidade	347.299	(157.992)	—	189.307	433.242	(166.772)	—	266.470
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda nas operações descontinuadas	—	157.992	—	157.992	—	166.772	—	166.772
Fluxo de caixa nas atividades operacionais	405.674	—	161.016	566.690	775.586	—	145.396	920.982
Fluxo de caixa líquido nas atividades operacionais de operações em continuidade	405.674	(151.427)	161.016	415.263	775.586	(475.624)	145.396	445.358
Fluxo de caixa líquido nas atividades operacionais de operações descontinuadas	—	151.427	—	151.427	—	475.624	—	475.624
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(303.353)	—	—	(303.353)	(495.022)	—	—	(495.022)
Fluxo de caixa líquido nas atividades de investimento das operações em continuidade	(303.353)	96.994	—	(206.359)	(495.022)	504.149	—	9.127
Fluxo de caixa líquido nas atividades de investimento das operações descontinuadas	—	(96.994)	—	(96.994)	—	(504.149)	—	(504.149)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(175.198)	—	(161.016)	(336.214)	(447.568)	—	(145.396)	(592.964)
Fluxo de caixa líquido nas atividades de financiamento das operações em continuidade	(175.198)	41.318	(161.016)	(294.896)	(447.568)	(48.907)	(145.396)	(641.871)
Fluxo de caixa líquido nas atividades de financiamento das operações descontinuadas	—	(41.318)	—	(41.318)	—	48.907	—	48.907
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	274.422	—	—	274.422	266.238	—	—	266.238
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.681	—	—	47.681	490.114	—	—	490.114
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	322.103	—	—	322.103	756.352	—	—	756.352

3.1 Reapresentação de saldos de períodos anteriores--Continuação

3.1.3 Reapresentação de saldos em função dos efeitos de reclassificação das operações de vendor

A Administração entende que os efeitos das operações de vendor, anteriormente contabilizados como saldos credores de contas a receber, devem ser reclassificados para o passivo, como instrumentos financeiros de dívida. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou tal reclassificação e está reapresentando os saldos contábeis de 31 de dezembro de 2017. Conforme requerido pelo CPC 23 item 49.

Os impactos no balanço patrimonial e nos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

Balanço Patrimonial	Controladora					
	Divulgado em 31.12.2017	Reclassificações	Reapresentação 31.12.2017	Divulgado em 31.12.2016	Reclassificações	Reapresentação 01.01.2017
Ativo Circulante						
Contas a receber, líquidas (Nota 5)	666.917	865.799	1.532.716	789.170	827.556	1.616.726
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	203.002	865.799	1.068.801	238.028	827.556	1.065.584

Balanço Patrimonial	Consolidado					
	Divulgado em 31.12.2017	Reclassificações	Reapresentação 31.12.2017	Divulgado em 31.12.2016	Reclassificações	Reapresentação 01.01.2017
Ativo Circulante						
Contas a receber, líquidas (Nota 5)	1.302.931	936.744	2.239.675	1.393.737	878.473	2.272.210
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	206.810	936.744	1.143.554	265.702	878.473	1.144.175

3.1 Reapresentação de saldos de períodos anteriores--Continuação

3.1.4 Reapresentação de saldos em função dos efeitos de reclassificação das operações de verbas comerciais

A Administração entende que os efeitos das operações de verbas comerciais, anteriormente contabilizados como despesas com vendas, devem ser reclassificados para o grupo de deduções da receita bruta, como bonificação de vendas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou tal reclassificação e está reapresentando os saldos contábeis de 31 de dezembro de 2017 e 2016. Conforme requerido pelo CPC 23 item 49, divulgação de erro de período anterior.

Os impactos na demonstração do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 31.12.2017	Reclassificações	Reapresentação 31.12.2017	Divulgado em 31.12.2017	Reclassificações	Reapresentação 31.12.2017
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	7.254.437	—	7.254.437	9.022.601	—	9.022.601
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços a terceiros	6.355.177	—	6.355.177	9.004.146	—	9.004.146
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços a intercompanies	899.260	—	899.260	18.455	—	18.455
Deduções da Receita Bruta	(1.950.566)	(413.309)	(2.363.875)	(2.539.866)	(442.058)	(2.981.924)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5.303.871	(413.309)	4.890.562	6.482.735	(442.058)	6.040.677
Com Vendas	(718.296)	413.309	(304.987)	(921.670)	442.058	(479.612)

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 31.12.2016	Reclassificações	Reapresentação 31.12.2016	Divulgado em 31.12.2016	Reclassificações	Reapresentação 31.12.2016
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	7.036.961	—	7.036.961	8.641.804	—	8.641.804
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços a terceiros	6.391.904	—	6.391.904	8.624.216	—	8.624.216
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços a intercompanies	645.057	—	645.057	17.588	—	17.588
Deduções da Receita Bruta	(1.998.831)	(269.257)	(2.268.088)	(2.474.835)	(284.583)	(2.759.418)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5.038.130	(269.257)	4.768.873	6.166.969	(284.583)	5.882.386
Com Vendas	(550.109)	269.257	(280.852)	(713.422)	284.583	(428.839)



3.2 Economias Hiperinflacionárias - IAS 29

No mês de junho, o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (INDEC) publicou os dados do índice de preços no atacado de maio de 2018, o qual tem sido publicado de forma consistente na Argentina e utilizado como base para acompanhamento da inflação no país. Com base na publicação, a qual indicou que a inflação acumulada nos últimos 3 anos ultrapassou 100%, a Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária. A aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias, prevê a correção monetária de ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionária, aplicando um índice geral de preços.

Neste caso como a Companhia possui subsidiárias na Argentina e a controladora não está sediada em país de economia hiperinflacionária, sendo assim, a Companhia não rerepresentou os saldos anteriores conforme requerido pelo CPC 02 / IAS 21. A correção monetária correspondente ao período de reconhecimento inicial até 31 de dezembro de 2017, foi registrada em contrapartida no patrimônio líquido, o que gerou um efeito positivo de R\$57.005, enquanto a correção referente ao exercício de 2018, gerou um efeito negativo de R\$44.693, que foi registrada em contrapartida ao resultado do exercício. O efeito acumulado no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2018 corresponde ao montante de R\$12.312.

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do mês, para itens patrimoniais e de resultado.

Os impactos no balanço patrimonial e da demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

3.2 Economias Hiperinflacionárias - IAS 29--Continuação

Balanço Patrimonial (Controlada)	31.12.2018 Antes dos Ajustes	Ajustes Hiperinflação	31.12.2018 Após Ajustes
Ativo			
Estoques	43.851	697	44.548
Imobilizado	14.402	15.765	30.167
Demais ativos monetários	127.612	—	127.612
Total do ativo	185.865	16.462	202.327
Passivo			
Imposto de renda diferidos	(12.005)	4.150	(7.855)
Passivos monetários	68.381	—	68.381
Total do passivo	56.376	4.150	60.526
Patrimônio Líquido	129.489	12.312	141.801
Total do passivo e patrimônio líquido	185.865	16.462	202.327

3.2 Economias Hiperinflacionárias - IAS 29--Continuação

Demonstração do Resultado (Controlada)	31.12.2018 Antes dos Ajustes	Ajustes Hiperinflação	31.12.2018 Após Ajustes
Receita líquida de vendas e serviços	230.456	48.637	279.093
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(228.339)	(57.014)	(285.353)
Lucro bruto	2.117	(8.377)	(6.260)
Despesas (receitas) operacionais:			
Com vendas e administrativas	(37.705)	(13.859)	(51.564)
Depreciação	(1.083)	(1.276)	(2.359)
Receitas financeiras	46.505	3.961	50.466
Despesas financeiras	(45.992)	(22.454)	(68.446)
	(38.275)	(33.628)	(71.903)
Lucro antes dos impostos e das participações	(36.158)	(42.005)	(78.163)
Imposto de renda	11.142	(2.688)	8.454
Lucro líquido do exercício	(25.016)	(44.693)	(69.709)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos	87.300	71.464	160.609	524.254
Certificados de depósitos bancários	472.158	372.418	798.548	643.404
	559.458	443.882	959.157	1.167.658

Os equivalentes de caixa são integralmente compostos por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs de bancos de primeira linha indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs. As taxas pactuadas remuneravam esses investimentos em aproximadamente 95,0% a 100% das taxas dos respectivos CDIs, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento, com liquidez imediata e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Clientes nacionais	1.144.012	1.396.169	1.376.266	2.048.228
Clientes no exterior	22.827	196.985	30.260	286.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(75.517)	(44.495)	(101.886)	(67.937)
Ajuste a valor presente	(68.748)	(15.943)	(73.189)	(27.218)
	1.022.574	1.532.716	1.231.451	2.239.675
Circulante	863.118	1.532.716	1.071.995	2.239.675
Não Circulante (i)	159.456	—	159.456	—

(i) O montante de R\$159.456 apresentado no ativo realizável a longo prazo, refere-se ao acordo de recuperação extra-judicial celebrado com o Grupo Máquina de Vendas e suas subsidiárias que inclui reparcelamento da dívida com pagamentos mensais e vencimento final em 2026. O contas a receber apresenta-se líquido de ajuste a valor presente.

5. Clientes--Continuação

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes nacionais e no exterior, por idade de vencimento, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
A vencer				
Títulos Vencidos				
de 1 a 60 dias	54.428	125.020	68.712	201.476
de 61 a 180 dias	5.584	14.738	10.438	36.395
de 181 a 360 dias	18.942	17.148	28.576	24.126
mais de 360 dias	5.477	49.277	22.171	66.082
	1.166.839	1.593.154	1.406.526	2.334.830

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do exercício	44.495	54.291	67.937	77.424
Complemento de provisão no exercício (+)	88.022	58.995	118.098	76.530
Valores baixados da provisão (-)	(50.190)	(68.791)	(74.349)	(86.523)
Ajuste PECLD aplicação (IFRS 09)	5.198	—	5.713	—
Ajuste de Conversão	—	—	3.539	506
Ativo mantido para venda	(12.008)	—	(19.052)	—
	75.517	44.495	101.886	67.937

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Produtos acabados (ao custo ou valor realizável)	164.273	255.643	262.096	497.131
Matérias-primas e componentes (ao custo)	259.991	271.764	306.624	370.609
Importações em andamento e outros (ao custo)	167.956	217.821	262.616	361.891
Provisão para perdas	(9.610)	(11.512)	(11.374)	(19.581)
Ajuste a valor presente	(19.171)	(10.137)	(22.723)	(15.678)
Total dos estoques ao custo ou valor realizável, dos dois o menor	563.439	723.579	797.239	1.194.372

6. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do exercício	11.512	4.974	19.581	14.693
Complemento de provisão no exercício (+)	7.673	17.015	18.917	19.523
Valores baixados da provisão (-)	(9.575)	(10.477)	(15.107)	(14.583)
Ajustes de conversão	—	—	1.141	(52)
Ativo mantido para venda	—	—	(13.158)	—
	9.610	11.512	11.374	19.581

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais ou empréstimos.

7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais e bases negativas	—	—	52.867	42.047
Provisões temporariamente não dedutíveis	169.391	155.172	240.395	192.994
Provisões para contingências	25.511	41.642	40.404	57.725
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	38.903	4.764	40.064	6.077
Plano de previdência privada e de assistência médica	13.676	9.991	16.524	9.991
Imposto de renda e contribuição social ativos	247.481	211.569	390.254	308.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Provisões temporariamente não dedutíveis	(8.936)	(10.754)	(60.874)	(15.144)
Hedge, ajuste a valor presente, depreciação de imobilizado por unidades produzidas e Remensuração do valor justo do investimento	(39.723)	(71.247)	(51.669)	(72.480)
Imposto de renda e contribuição social passivos	(48.659)	(82.001)	(112.543)	(87.624)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	198.822	129.568	277.711	221.210

7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral dos créditos é de até 2 anos para a controladora e de até 12 anos para o consolidado, exceto pelas contingências para o qual não é possível prever prazo de realização.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Resultado contábil antes dos impostos	179.102	345.021	248.127	425.737
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(89.719)	(198.948)	4.345	7.295
Pagamento baseado em ação	26.323	36.378	26.323	36.378
Ajuste preço de transferência	8.073	13.216	8.674	13.855
Incentivos fiscais ICMS	—	—	(30.087)	(41.757)
Beflex	(96.296)	(135.798)	(96.296)	(135.798)
Outras diferenças permanentes	(37.230)	12.013	25.064	3.005
Base de cálculo	(9.747)	71.882	186.150	308.715
Alíquotas	34%	34%	34%	34%
Subtotal	3.314	(24.440)	(63.291)	(104.963)
Incentivos Fiscais	1.788	2.160	3.212	2.597
Ajuste de exercício anterior	2.667	18.282	1	18.120
Diferença de alíquotas sobre resultados de controladas	—	—	(700)	160
Total	7.769	(3.998)	(60.778)	(84.086)



8. Partes relacionadas

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas.

As transações operacionais possuem uma política global determinada por sua matriz que estabelece prazos e datas específicas para pagamentos e recebimentos.

As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha e; iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a execução do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pelos órgãos da administração.

Os mútuos entre empresas relacionadas foram firmados com a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção das operações das empresas mutuárias.

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Whirlpool S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

8. Partes relacionadas--Continuação



	Ativo				Passivo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Controladora								
Whirlpool Corporation	—	—	—	—	2.758	3.090	2.254	203.074
Controladas								
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	216	27.038	—	—	—	8.997	—	—
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	146.587	117.941	—	—	479.990	453.818	—	—
Embraco North America, Inc.	—	34.232	—	—	—	30.131	—	—
MLOG Armazém Geral Ltda	—	—	—	—	66.347	11.519	—	—
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	—	5.026	—	—	—	—	—	—
Whirlpool Argentina S.r.l.	6.655	8.594	—	—	—	—	—	—
Whirlpool Eletrodomesticos AM S.A.	76.835	47.429	—	—	243.167	184.437	—	—
Whirlpool Peru S.r.l.	—	610	—	—	—	39.576	—	—
Embraco Indústria de Compressores e Soluções em Refrigeração Ltda.	—	—	—	—	42.245	—	—	—
Outras partes relacionadas								
Whirlpool China Investment Co. Ltd.	—	722	—	367.668	—	—	—	—
Whirlpool Comercial Ltda	—	—	—	—	33.601	32.328	33.601	32.328
Whirlpool Europe Srl	—	—	126	—	2.978	8.661	3.001	8.676
Whirlpool Of India Itd	—	—	—	—	196.055	167.726	196.055	167.726
Whirlpool Properties, Inc	—	—	—	—	470	423	2.072	1.266
Whirlpool Overseas Manufacturing	—	6.007	—	27.503	—	—	—	—
Brasmotor S.A	—	—	763	—	20.820	19.749	20.820	19.749
Embraco Europe S.r.l	—	63.139	—	85.002	—	278	—	10.637
Embraco Luxemburg S.a.r.l	—	58.583	—	58.988	—	2.700	—	38.881
Embraco Slovakia S.r.o.	—	19.068	—	21.399	—	8.371	—	9.441
Embraco Russia	—	2.227	—	2.227	—	—	—	—
Industrias Acros Whirlpool S. de R.L. de C.V.	—	156	191	15.378	—	—	—	—
Polar S.A.	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	34	5.515	3.314	69.795	305	4.430	11.409	33.102
Total	230.327	396.287	4.394	647.960	1.088.736	976.234	269.212	524.880
Circulante	230.327	396.287	4.394	647.960	371.017	314.080	18.822	299.625
Não circulante	—	—	—	—	717.719	662.154	250.390	225.255



8. Partes relacionadas--Continuação

Além dos saldos apresentados no quadro acima a Companhia reclassificou ativos e passivos com partes relacionadas de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2018, sendo para a controladora o saldos de ativos e passivos o montante de R\$196.814 e R\$53.388 respectivamente e para o consolidado o montante de R\$618.261 e R\$83.123, vide nota 22.

As transações de venda e compra com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão apresentadas no quadro abaixo.

	Vendas				Compras e serviços contratados			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Controladora								
Whirlpool Corporation	14.926	11.911	14.926	11.911	16.843	13.321	32.407	33.457
Controladas								
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	1.006.641	831.563	—	—	—	—	—	—
MLOG Armazém Geral Ltda	—	—	—	—	126.678	168.873	—	—
Whirlpool Argentina S.A.	49.965	47.129	—	—	—	33	—	—
Whirlpool Eletrodomesticos AM S.A.	1.199	19	—	—	2.383	3.374	—	—
Whirlpool Peru S.r.l.	1	1.717	—	—	—	—	—	—
Embraco Indústria de Compressores e Soluções em Refrigeração Ltda.	157	—	—	—	149	—	—	—
Outras partes relacionadas								
Whirlpool Colombia S.A.S	3.687	3.666	3.687	3.666	—	—	13	—
Whirlpool Southeast Asia Pte	48	346	48	346	—	—	—	—
Whirlpool EMEA S.p.A	—	—	—	—	19.235	23.378	53.013	40.367
Whirlpool Slovakia spol (Slovakia)	—	—	—	—	—	—	8.635	5.739
FKA Hefei Sanyo	—	—	—	—	427	102	6.770	8.578
Industrias Acros Whirlpool	600	825	600	825	—	—	—	—
Whirlpool Polska Sp. z.o.o (Polar S.A.)	69	228	69	228	2.809	7.731	5.967	7.815
Outros	2.276	1.857	2.323	1.479	1.199	4.787	4.749	7.854
	1.079.569	899.261	21.653	18.455	169.723	221.599	111.554	103.810

8. Partes relacionadas--Continuação

Do quadro de saldos a receber e a pagar acima apresentados, parte refere-se a operações de mútuo entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir.

	Taxas	Mútuos ativos e passivos				Receitas e Despesas sobre Mútuo				
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	
Ativo										
Outras partes relacionadas										
Whirlpool China Investment Co. Ltd	4,78% a.a.	—	—	—	366.040	—	—	—	—	
Total do Ativo		—	—	—	366.040	—	—	—	—	
Passivo										
Controladora										
Whirlpool Corporation	Libor 6m+ 1%	—	—	—	189.866	—	—	—	—	
Controladas										
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	102% do CDI	—	—	—	—	—	91	—	—	
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	102% do CDI	479.990	453.818	—	—	28.891	41.745	—	—	
Outras partes relacionadas										
Whirlpool Comercial Ltda.	102% do CDI	33.601	32.328	33.601	32.328	2.088	2.340	2.088	2.430	
Brasmotor S.A.	102% do CDI	20.820	19.749	20.820	19.749	1.289	1.673	1.289	1.673	
Whirlpool Of India Ltd	4,85% a.a.	196.055	167.726	196.055	167.726	7.104	1.594	7.104	1.594	
Total do Passivo		730.466	673.621	250.476	409.669	39.372	47.443	10.481	5.697	

Os mútuos com partes relacionadas possuem cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa, pelo baixo risco na liquidação. As receitas e despesas do quadro acima referem-se a todos os contratos abertos e encerrados no período.

Remuneração com pessoal-chave da Administração

As despesas com os executivos da Administração da Companhia relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$9.768 (R\$8.567 em 31 de dezembro de 2017) com honorários, R\$1.966 (R\$1.378 em 31 de dezembro de 2017) com benefícios e R\$9.862 (R\$13.603 em 31 de dezembro de 2017) com remuneração baseada em ações.



9. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Investimentos em controladas	1.236.465	1.950.831	—	—
Empreendimento controlado em conjunto (*)	151.046	150.391	151.046	150.391
Outros investimentos	1.704	4.456	1.704	4.571
	1.389.215	2.105.678	152.750	154.962

(*) B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.

Informações sobre as empresas controladas e empreendimento controlado em conjunto em 31 de dezembro de 2018:

	Participação no capital (%)			Informações da Controlada			
	Total da participação	Votante	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Lucro (prejuízo) líquido do período
Investimentos apresentados como operações continuadas:							
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	99,99	100,00	1.266.523	427.468	839.055	512.742	20.966
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	99,43	99,43	830.993	750.806	80.187	1.579.825	84.276
CNB Consultoria Ltda.	99,99	99,99	2.637	19	2.618	—	123
Latin America Warranty S.A.	95,00	95,00	6.665	1.846	4.819	2.110	1.132
Whirlpool Argentina S.A.	98,70	98,70	198.178	56.378	141.800	321.100	(69.709)
Whirlpool Chile Ltda	99,99	99,99	61.107	15.215	45.892	64.304	4.418
Mlog Armazém Geral Ltda.	100,00	100,00	269.601	144.883	124.718	528.312	52.225
Investimentos apresentados como operações descontinuadas ativos mantidos para venda:							
Qingdao EECOM Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	100,00	100,00	559.819	83.308	476.511	374.952	59.831
Beijing Embraco Snowflake Compressors Co. Ltd.	66,92	66,92	999.419	564.137	435.282	967.812	(12.574)
Up Points Serviços Empresariais S.A.	54,50	54,50	489	2.207	(1.718)	—	(2.538)
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	100,00	100,00	367.180	4	367.176	—	(929)
Embraco Indústria de Compressores e Soluções em Refrigeração Ltda.	100,00	100,00	980.248	444.271	535.977	319.221	(6.159)

9. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto--Continuação

	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Equivalência patrimonial	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Aquisição/Integralização	Ágio na transação com minoritários	Equivalência patrimonial	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuído	Baixa de Investimentos	Investimentos apresentados como operações descontinuadas	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Investimentos apresentados como operações continuadas:													
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	788.913	26.850	—	—	815.763	2.246	—	20.962	—	—	—	—	838.971
Bud Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	123.256	109.369	—	(137.769)	94.856	—	—	83.795	(1.353)	(97.568)	—	—	79.730
CNB Consultoria Ltda.	2.364	131	—	—	2.495	—	—	123	—	—	—	—	2.618
Latin America Warranty S.A.	5.417	1.946	(1.002)	—	6.361	—	—	1.075	(2.858)	—	—	—	4.578
Whirlpool Argentina S.A.	69.039	14.494	(12.576)	40.928	111.885	89.616	—	(68.534)	(50.009)	—	57.005	—	139.963
Whirlpool Chile Ltda	32.833	3.159	3.602	—	39.594	—	—	4.416	1.877	—	—	—	45.887
Mlog Armazém Geral Ltda.	127.197	50.294	—	(105.000)	72.491	—	—	52.227	—	—	—	—	124.718
	1.149.019	206.243	(9.976)	(201.841)	1.143.445	91.862	—	94.064	(52.343)	(97.568)	57.005	—	1.236.465
Investimentos em controladas em conjunto													
B.Blend máquinas e bebidas S.A.	144.186	(7.295)	—	13.500	150.391	5.000	—	(4.345)	—	—	—	—	151.046
Outros	4.456	—	—	—	4.456	—	—	—	—	—	(2.752)	—	1.704
	148.642	(7.295)	—	13.500	154.847	5.000	—	(4.345)	—	—	(2.752)	—	152.750
	1.297.661	198.948	(9.976)	(188.341)	1.298.292	96.862	—	89.719	(52.343)	(97.568)	54.253	—	1.389.215
Investimentos apresentados como operações descontinuadas: (i)													
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	297.212	70.585	28.728	—	396.525	—	(36.656)	59.831	56.811	—	—	(476.511)	—
Beijing Embraco Snowflake Compressors Co. Ltd.	271.115	(15.684)	18.636	—	274.067	—	—	(8.416)	25.640	—	—	(291.291)	—
Up Points Serviços Empresariais S.A.	2.944	(1.303)	—	2.367	4.008	—	—	(1.383)	—	—	(3.561)	936	—
Ealing Companiá de Gestiones y Participaciones S.A.	124.568	6.123	2.095	—	132.786	212.426	—	(929)	22.893	—	—	(367.176)	—
Embraco Indústria de Compressores e Soluções em Refrigeração Ltda.	—	—	—	—	—	542.136	—	(6.159)	—	—	—	(535.977)	—
	695.839	59.721	49.459	2.367	807.386	754.562	(36.656)	42.944	105.344	—	(3.561)	(1.670.019)	—
	1.993.500	258.669	39.483	(185.974)	2.105.678	851.424	(36.656)	132.663	53.001	(97.568)	50.692	(1.670.019)	1.389.215

(i) O montante de R\$59.721 de 31 de dezembro de 2017 e R\$42.944 de 31 de dezembro de 2018 de equivalência patrimonial foi reapresentado como parte integrante do montante do resultado das operações descontinuadas. Vide NE 22.

10. Imobilizado

	Controladora						Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Total em operação		
Custo								
Saldos em 1º de janeiro de 2017	263.466	2.259.315	188.654	276	80.156	2.791.867	143.227	2.935.094
Aquisições	—	—	—	—	—	—	231.558	231.558
Transferências	33.579	196.648	14.906	—	7.294	252.427	(252.427)	—
Alienação/baixa	(28.134)	(67.464)	(35.262)	—	(3.040)	(133.900)	—	(133.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	268.911	2.388.499	168.298	276	84.410	2.910.394	122.358	3.032.752
Aquisições	—	—	—	—	—	—	169.496	169.496
Transferências	9.399	120.044	10.394	—	5.599	145.436	(145.436)	—
Alienação/baixa	(868)	(58.755)	(10.163)	(110)	(720)	(70.616)	(957)	(71.573)
Drop Down (Operações descontinuadas)	(84.287)	(1.193.077)	(20.389)	(128)	(32.886)	(1.330.767)	(50.227)	(1.380.994)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	—	—	—	—	—	—	(594)	(594)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	193.155	1.256.711	148.140	38	56.403	1.654.447	94.640	1.749.087
Depreciação								
Saldos em 1º de janeiro de 2017	(159.968)	(1.676.184)	(106.686)	(276)	(59.154)	(2.002.268)	—	(2.002.268)
Depreciação	(7.385)	(109.391)	(13.719)	—	(8.417)	(138.912)	—	(138.912)
Baixa da depreciação	12.066	56.358	29.859	—	2.994	101.277	—	101.277
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(155.287)	(1.729.217)	(90.546)	(276)	(64.577)	(2.039.903)	—	(2.039.903)
Depreciação	(6.016)	(103.166)	(12.625)	—	(5.652)	(127.459)	—	(127.459)
Baixa da depreciação	—	51.647	5.894	110	490	58.141	—	58.141
Drop Down (Operações descontinuadas)	52.707	901.933	16.170	128	25.340	996.278	—	996.278
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(108.596)	(878.803)	(81.107)	(38)	(44.399)	(1.112.943)	—	(1.112.943)
Valor residual								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	84.559	377.908	67.033	—	12.004	541.504	94.640	636.144
Saldo em 31 de dezembro de 2017	113.624	659.282	77.752	—	19.833	870.491	122.358	992.849
Taxas médias de depreciação anual	0 e 6,67%	Unidades Produzidas	10,00%	20,00%	20,00%		n/a	

10. Imobilizado--Continuação

	Consolidado								
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Demais bens	Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2017	295.566	2.810.190	193.264	5.446	96.057	29.686	3.430.209	187.649	3.617.858
Aquisições	—	—	—	—	—	—	—	296.864	296.864
Transferências	35.276	243.172	15.161	46	8.519	1.955	304.129	(304.129)	—
Alienação/baixa	(28.134)	(81.538)	(35.482)	(132)	(4.764)	(309)	(150.359)	(7.762)	(158.121)
Variação cambial	508	38.087	113	422	543	578	40.251	10.216	50.467
Saldo em 31 de dezembro de 2017	303.216	3.009.911	173.056	5.782	100.355	31.910	3.624.230	182.838	3.807.068
Aquisições	—	—	—	—	—	—	—	239.384	239.384
Transferências	13.437	197.726	10.619	9	6.374	1.728	229.893	(229.893)	—
Alienação/baixa	(1.972)	(72.211)	(10.882)	(967)	(2.033)	(236)	(88.301)	(958)	(89.259)
Efeito da aplicação da IAS 29	14.798	21.410	—	—	198	—	36.406	1.380	37.786
Variação cambial	(6.742)	30.633	244	589	519	948	26.191	2.602	28.793
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	(85.702)	(1.785.054)	(22.133)	(5.360)	(41.192)	(34.350)	(1.973.791)	(94.101)	(2.067.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	237.035	1.402.415	150.904	53	64.221	—	1.854.628	101.252	1.955.880
Depreciação									
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(176.470)	(2.017.902)	(110.329)	(3.969)	(68.784)	(19.395)	(2.396.849)	—	(2.396.849)
Depreciação	(8.286)	(137.195)	(13.913)	(332)	(10.213)	(2.556)	(172.495)	—	(172.495)
Baixa da depreciação	12.066	64.848	30.014	118	4.593	49	111.688	—	111.688
Variação Cambial	105	(21.779)	(91)	(320)	(397)	(1.790)	(24.272)	—	(24.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(172.585)	(2.112.028)	(94.319)	(4.503)	(74.801)	(23.692)	(2.481.928)	—	(2.481.928)
Depreciação	(7.045)	(137.551)	(12.836)	(275)	(7.352)	(2.766)	(167.825)	—	(167.825)
Baixa da depreciação	566	63.516	6.661	881	1.772	142	73.538	—	73.538
Efeito da aplicação da IAS 29	(5.937)	(15.932)	—	—	(152)	—	(22.021)	—	(22.021)
Variação cambial	6.313	(13.391)	(119)	(457)	(331)	(2.613)	(10.598)	—	(10.598)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	52.802	1.238.461	17.513	4.301	31.332	28.929	1.373.338	—	1.373.338
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(125.886)	(976.925)	(83.100)	(53)	(49.532)	—	(1.235.496)	—	(1.235.496)
Valor Residual									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	111.149	425.490	67.804	—	14.689	—	619.132	101.252	720.384
Saldo em 31 de dezembro de 2017	130.631	897.883	78.737	1.279	25.554	8.218	1.142.302	182.838	1.325.140
Taxas médias de depreciação anual	0 e 6,67%	Unidades Produzidas	10,00%	20,00%	20,00%	10,00%		n/a	

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores	861.956	956.449	1.021.356	1.816.334
Fornecedores risco sacado - Mercado interno	1.146.009	740.970	1.245.490	741.042
Fornecedores risco sacado - Mercado externo	30.757	61.661	72.584	61.666
Ajuste a valor presente	(30.790)	(26.892)	(34.039)	(41.271)
Total	2.007.932	1.732.188	2.305.391	2.577.771

A Companhia possui parcerias com instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição, permitindo ao mesmo gerenciar melhor suas necessidades de fluxo de caixa. A opção oferecida não altera substancialmente as condições comerciais existentes entre a Companhia e os fornecedores. Assim, essas operações são apresentadas no fluxo de caixa das atividades operacionais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras no mercado interno ficaram entre 0,65% e 0,70% a.m. (em 31 de dezembro de 2017, essas taxas ficaram entre 0,67% e 0,76% a.m.).

Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto as instituições financeiras no mercado externo ficaram entre 0,33% e 0,37% a.m. (em 31 de dezembro de 2017, essas taxas ficaram entre 0,27% e 0,29% a.m.).

12. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	1.615	1.845	1.615	1.845
Provisão para garantias	11.469	14.940	14.400	26.804
Programa de participação nos resultados	37.291	36.577	41.001	40.443
Adiantamentos de clientes	3.009	611	19.021	75.385
Contas a pagar – Antitruste (i)	—	24.028	—	24.460
Provisão Ambiental	805	—	805	—
Provisão de Reestruturação	10.928	—	10.928	—
Provisão de propaganda e bonificações	107.276	114.483	117.881	163.676
Outras provisões	14.250	26.055	31.708	41.066
Outras contas a pagar	81.468	112.817	98.399	173.529
	268.111	331.356	335.758	547.208
Circulante	243.415	298.371	309.942	507.288
Não circulante	24.696	32.985	25.816	39.920

(i) Vide comentário na Nota 13.1.a, transferido para operações descontinuadas.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do respectivo montante, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:				
Cíveis	27.885	42.501	52.032	51.698
Trabalhistas	38.385	41.138	47.716	48.657
Tributárias	8.763	38.838	19.087	69.425
Total passivo não circulante	75.033	122.477	118.835	169.780

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Cíveis	4.839	12.060	5.007	12.553
Trabalhistas	6.775	13.227	11.312	15.344
Tributários	58.406	70.079	79.070	90.260
Depósitos judiciais de operações descontinuadas	(2.446)	—	(2.293)	—
	67.574	95.366	93.096	118.157

A movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	33.464	29.932	47.929	111.325
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	16.123	33.113	(10.136)	39.100
(-) Pagamentos	(14.007)	(24.722)	(588)	(39.317)
(+) Atualização monetária	6.921	2.815	1.633	11.369
Saldo em 31 de dezembro de 2017	42.501	41.138	38.838	122.477
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	245	32.340	(20.078)	12.507
(-) Pagamento	(17.286)	(28.813)	(7.604)	(53.703)
(+) Atualização monetária	2.431	4.234	247	6.912
(-) Passivo de operações descontinuadas	(6)	(10.514)	(2.640)	(13.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.885	38.385	8.763	75.033

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

Saldos em 1º de janeiro de 2017	
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	
(-) Pagamentos	
(+) Atualização monetária	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	
(-) Pagamentos	
(+) Atualização monetária	
(-) Passivo de operações descontinuados	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	

Consolidado			
Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
41.371	39.070	80.336	160.777
17.654	32.108	(11.632)	38.130
(15.070)	(25.998)	(587)	(41.655)
7.743	3.477	1.308	12.528
51.698	48.657	69.425	169.780
40.827	35.905	(24.655)	52.077
(44.691)	(31.525)	(23.294)	(99.510)
4.204	5.193	251	9.648
(6)	(10.514)	(2.640)	(13.160)
52.032	47.716	19.087	118.835

13.1 Processos tributários, administrativos e cíveis

a) Antitruste

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações cíveis nos Estados Unidos. Adicionalmente, solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. Em 31 de dezembro de 2018, há provisão de R\$29.122 e R\$24.460 em 31 de dezembro de 2017, apresentada como passivo circulante de operação descontinuada.

O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota

a) Emenda Constitucional nº33 – EC33

A Companhia recalcoulou o valor da contribuição social com base na Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001, a qual determina que “as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. O efeito acumulado decorrente da não tributação das receitas de exportação pela Contribuição Social totalizou R\$39.050, em valores originais. Parte deste valor, no montante de R\$29.676, foi objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis.

Em 12 de agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do processo RE 564.413 (leading case) a respeito da aplicação de imunidade sobre receitas de exportação, prevalecendo, nesse caso, o entendimento de que a imunidade somente seria aplicada aos tributos incidentes diretamente sobre receitas de exportação.

A partir da análise do acórdão publicado em 06 de dezembro de 2010, os consultores jurídicos da Companhia avaliaram que a probabilidade de perda é superior a 50%, em razão da baixa probabilidade de modificação da decisão proferida no RE 564.413. Com base nesse cenário, em 31 de dezembro de 2010, a Administração constituiu provisão, que acrescida de multa e juros até 30 de setembro de 2013, totalizava R\$79.697.

Com a publicação da Lei 12.865/13 que reabriu o Programa de Anistia instituído pela Lei 11.941/09, a Companhia liquidou, com redução de multa e juros, o débito referenciado. Os referidos débitos foram consolidados em 29 de setembro de 2017. Em janeiro de 2018, a Companhia recebeu o resultado da análise feita pela Receita Federal onde a autoridade fiscal não considerou os pagamentos efetuados e, manteve a cobrança de parte do valor. Diante disso, tais débitos foram enviados para a Dívida Ativa da União e, para que não tivéssemos quaisquer impactos com esses débitos, a Companhia ajuizou ação ordinária para antecipar a apresentação de garantia e suspender a exigibilidade dos débitos. Atualmente, esses casos são discutidos em Execução Fiscal. Para a outra parte dos débitos, a Companhia recebeu a análise final da Receita Federal, homologando os pagamentos efetuados e extinguindo os mesmos.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

b) Crédito-Prêmio de IPI - Exportação

Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial relativo ao direito ao crédito-prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFIEX, relativas a todo o período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 14 de julho de 1988 até 13 de julho de 1998.

Em novembro de 2008 foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior. Desta decisão, a União apresentou diversos recursos e, em 01 de dezembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal certificou o trânsito em julgado, de maneira favorável à Companhia.

Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CJF nº 467 que reestabeleceu a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E em substituição à TR em razão do julgamento da ADIN 4357, cuja decisão determinou a aplicação do IPCA-E para precatórios emitidos posteriormente a 25 de março de 2015. Além deste caso, havia uma repercussão geral no Supremo Tribunal Federal – STF, que determinaria o índice de correção monetária (IPCA-E ou TR) para as condenações da Fazenda Pública. Em 20 de setembro de 2017, o STF retomou o julgamento dessa repercussão geral e fixou o entendimento de que o IPCA-E é o índice correto a ser aplicado nas condenações impostas contra a Fazenda Pública. Baseado nesta decisão, a Companhia monetizou saldo remanescente do crédito prêmio de IPI no total de R\$135.798 até 31 de dezembro de 2017, mais R\$96.296 até 31 de dezembro de 2018. Não há mais saldo para monetização.

c) Tributação da exportação incentivada - Befiex

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX compensados durante o período de 1996 a 1998, 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. Em relação ao Auto de Infração do período de 1996 a 1998, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável em dezembro de 2018, anulando o IRPJ sobre os créditos BEFIEX, mas mantendo a cobrança em relação ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Em 31 de dezembro de 2018, o valor do débito remanescente é R\$7.220. Para os demais casos, a Companhia entende que os créditos BEFIEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e contribuição social exigidas pela receita federal e vem vigorosamente defendendo esta posição. Com base nas opiniões dos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2018, o valor total dessas autuações, incluindo juros e multa, é de aproximadamente R\$1.872.178 (R\$1.870.185 em 31 de dezembro de 2017).



13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

d) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior – CFC (Controlled Foreign Corporation)

Em 2001 foi publicada Medida Provisória nº 2158 (“MP”) que estabelece que os lucros gerados pelas sociedades com sede no exterior, controladas e coligadas de empresas brasileiras, devem ser tributados pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, independentemente de sua efetiva distribuição para as empresas controladoras brasileiras.

A Companhia, vem se defendendo contra autos de infração relativos a essa tributação, com base na constitucionalidade dessa MP, dentre outros argumentos. Em abril de 2013, o Supremo Tribunal Federal julgou um dos casos da Companhia, ocasião em que decidiu pela constitucionalidade da referida MP e remeteu o processo para a instância inferior, para apreciação dos demais argumentos de defesa apresentados, tais como a existência de acordos para evitar bitributação firmados com países sede das empresas controladas e coligadas. Em setembro de 2015 o Tribunal Regional Federal, por unanimidade de votos, julgou este caso de forma favorável à Companhia, reconhecendo a prevalência dos tratados internacionais sobre a legislação interna para evitar dupla tributação. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos da União aos Tribunais Superiores.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição potencial da Companhia a título de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre lucros de controladas e coligadas sediadas no exterior, incluindo juros e multa, deduzido o potencial crédito decorrente do imposto já pago no exterior, é de R\$168.136 (R\$152.943 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia acredita que essas autuações não se sustentam e vem defendendo suas posições vigorosamente. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2018.

e) MP470/09 – IPI anistia

Em outubro de 2009 foi publicada a Medida Provisória (“MP”) nº 470/09 (redação atualmente prevista na Lei nº 12.249, publicada em 14 de junho de 2010), instituindo o programa de anistia de débitos decorrentes do aproveitamento de créditos de IPI oriundos da aquisição de insumos tributados à alíquota zero. Usufruindo dos benefícios da MP, a Companhia, em 30 de novembro de 2009, apresentou requerimento à Receita Federal para pagamento de seus débitos a esse título, os quais, calculados considerando os benefícios da MP, totalizaram R\$52.433. Um ganho no valor de R\$76.886, relativo à multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas operacionais.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

e) MP470/09 – IPI anistia--continuação

Esses débitos se referem às compensações efetuadas em 2004 com base em decisões favoráveis dos Tribunais Superiores sobre a questão, e que foram objeto de autuação fiscal pela Receita Federal. Em julho de 2012, a Receita Federal homologou parcialmente o pagamento efetuado pela Companhia com as reduções do Programa de Anistia instituído pela MP nº 470/09, em razão do questionamento dos prejuízos fiscais utilizados para quitação dos débitos. Em janeiro e abril de 2013, a Companhia recebeu execuções fiscais, refletindo o valor do débito original, acrescido de juros e multas, que atualizado até 31 de dezembro de 2018 reflete o valor de R\$248.337 (R\$241.236 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia está vigorosamente defendendo sua posição. Com base em análise dos fatos, incluindo a opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2018. Em junho de 2018, considerando a instância judicial que o processo se encontra, a Companhia optou por reavaliar a probabilidade de perda para possível.

f) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento

Além dos processos fiscais acima mencionados, também estamos discutindo, em diversas esferas judiciais e administrativas, outros casos cobrados pelas Autoridades Fiscais, incluindo processos relativos à monetização de créditos de BEFIEX e outros tópicos. De acordo com nossas políticas contábeis, a Companhia avalia rotineiramente, junto com seus consultores jurídicos, os prognósticos de perda dos casos. Acreditamos que temos boas chances de defesa e, por isso, continuamos defendendo vigorosamente nossas posições. Em 31 de dezembro de 2018, os processos com avaliação de perda possível perfazem o montante de R\$1.298.152 no consolidado (R\$1.220.973 na controladora) nas operações em continuidade e R\$163.781 nas operações descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$1.108.429 no consolidado (R\$1.053.043 na controladora) nas operações em continuidade e R\$166.684 nas operações descontinuadas.

Ademais, também temos ações judiciais para a discussão da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com relação a este assunto, em março de 2017 o STF fixou a tese de repercussão geral de que “o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. No quarto trimestre do ano de 2017, vendemos parte do direito aos créditos desta ação para um terceiro, pelo valor de R\$90.000 e venda adicional no 2º trimestre de 2018, no valor de R\$25.700.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

f) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento--Continuação

Uma das ações judiciais ajuizadas pela Companhia transitou em julgado em setembro de 2018 e reconheceu o direito da Companhia à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS e o direito à recuperação dos pagamentos realizados a maior no passado na empresa MLOG Armazém Geral Ltda. Em setembro de 2018 foi reconhecido o crédito de R\$25.787 pela MLOG.

g) Fianças Bancárias

Como prática comum no mercado brasileiro, a Companhia contratou junto a instituições financeiras, emissão de fianças bancárias e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados as garantias oferecidas em discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem em aberto aproximadamente R\$903.471 e R\$834.285, respectivamente, relacionados a esses contratos.

13.3 Compromissos de garantia em operações de vendor - Empréstimos e financiamentos

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de “vendor” junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, os saldos em aberto da operação em continuidade eram de R\$432.894 e R\$805.888, respectivamente. Para operações descontinuadas eram de R\$140.175 e R\$130.857, respectivamente. Os montantes são apresentados como empréstimos e financiamentos.

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram de R\$395.000 e R\$445.000, respectivamente.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

13.4 Linha de crédito garantida

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque e sem garantias para a linha. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não tinha empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

- i. O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 1.502.786.006 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 ações ordinárias e 474.085.114 ações preferenciais.

b) Reservas de capital

- i. *Reserva de pagamentos baseados em ações* – impactada pela despesa de R\$26.323 e R\$36.378, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, respectivamente.
- ii. *Incentivos fiscais* – representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. Não houve movimentação em 2018.

c) Reservas de lucros

- i. *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii. *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

- i. O montante referente ao Hedge comprehende a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício (Nota 18).

14. Patrimônio líquido--Continuação

d) Ajuste de avaliação patrimonial--Continuação

- ii. Ganhos e perdas atuariais - abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada (Nota 15) e assistência médica (Nota 16) da Companhia.

e) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

f) Juros sobre capital próprio e dividendos

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. São destinados às ações preferenciais dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Os juros sobre capital próprio são computados tendo por base o patrimônio líquido, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, podendo ser pagos ou creditados aos acionistas em montante limitado a 50% do lucro do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores.

Atendendo à legislação fiscal, os referidos juros são contabilizados como despesas financeiras. Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções da Comissão de Valores Mobiliários, estes juros são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

14. Patrimônio líquido--Continuação

d) Juros sobre capital próprio e dividendos-- Continuação

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:

Lucro líquido do exercício da controladora		
Constituição de Reserva Legal		
Lucro Líquido do exercício da controladora ajustado		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) – pagos antecipadamente no período de 2018		
Ações ordinárias		
Ações preferenciais		
Dividendos adicionais deliberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018:		
Ações ordinárias	109.393	398.488
Ações preferenciais	55.458	201.998
Total de dividendos distribuídos	210.007	706.484
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	1.028.701	1.028.701
Ações preferenciais	474.085	474.085
Dividendo distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,13547	0,45574
Ações preferenciais	0,14902	0,50131

	2018	2017
	180.601	435.859
	—	(14.662)
	180.601	421.197
	45.156	105.998
	29.966	70.332
	15.190	35.666
	109.393	398.488
	55.458	201.998
	210.007	706.484
	1.028.701	1.028.701
	474.085	474.085
	1.502.786	1.502.786
	0,13547	0,45574
	0,14902	0,50131

A movimentação dos dividendos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	
(+) Distribuição de dividendos do exercício	—
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	706.484
(-) Pagamentos	(785.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.845
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	210.007
(-) Pagamentos	(210.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.615

Controladora
80.950
—
706.484
(785.589)
1.845
210.007
(210.237)
1.615

14. Patrimônio líquido--Continuação

g) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Em 2018 e 2017 não houveram emissões de novas ações para circulação aos acionistas.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	180.601	435.859
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>1.502.786</u>	<u>1.502.786</u>
Lucro básico por ação	<u><u>0,1202</u></u>	<u><u>0,2900</u></u>

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas no Brasil, desta forma, não há efeito de diluição.

15. Plano de previdência privada

A Companhia mantém plano de complementação de benefícios de aposentadoria (a seguir denominado “Plano”), administrado junto à entidade aberta de previdência privada. O Plano pode ser segregado em dois grupos distintos de participantes que recebem benefícios diferenciados, a saber:

a) Plano não fundadores

A modalidade do Plano Não Fundadores é de contribuição definida “CD” sendo o custo compartilhado entre os participantes e a Companhia. A parcela de contribuição da Companhia varia em função da faixa etária do empregado. Em 31 de dezembro de 2018, a contribuição da Companhia no plano “CD” reconhecida no resultado foi de R\$8.154 (R\$3.587 em 31 de dezembro de 2017).

b) Plano fundadores

Em 31 de dezembro de 2018, participam 7 empregados e dirigentes (10 em dezembro de 2017) inscritos no Plano antes de 1º de agosto de 1994. Neste Plano, em que a modalidade é a de “benefício definido – BD”, os seguintes benefícios são oferecidos:

15. Plano de previdência privada--Continuação

- Aposentadoria por tempo de serviço para os participantes contribuintes que se tornam elegíveis de acordo com os critérios do plano de benefícios – o benefício é equivalente a 85% do salário nominal indicado na proposta de inscrição menos o valor da pensão da aposentadoria pago pelo INSS;
- Aposentadoria por invalidez total e permanente – definido como 70% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos cônjuges – definido como 50% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos filhos – definido como 30% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago até o filho mais jovem completar 21 anos de vida; e
- Benefício mínimo – renda mensal vitalícia de 10% do salário.

A Companhia contribui com 85% do custo total, acrescido da parcela do participante que excede 8% do salário.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram adotados o método atuarial de Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2018	2017
Hipóteses econômicas (taxas nominais):		
Taxa de desconto	8,75% a.a.	11,50% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	8,75% a.a.	11,50% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,10% a.a.	7,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00% a.a.	5,40% a.a.
Taxa estimada de inflação de longo prazo	4,00% a.a.	5,40% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP94 geracional segregada por sexo	UP94 geracional segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento	Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento
Taxa de rotatividade esperada	Fundadores: 6% a.a.	Fundadores: 6% a.a.
Probabilidade de desligamento por iniciativa da empresa	100% dos desligamentos	100% dos desligamentos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

15. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A conciliação dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	
Valor presente das obrigações atuariais	
Valor justo dos ativos do plano	
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	
Passivo (ativo) atuarial líquido	

	2018	2017
	15.981	25.395
	15.981	25.395
	(12.321)	(19.190)
	3.660	6.205
	3.660	6.205

Conforme permitido no parágrafo 93º. do CPC 33 (R1), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido no exercício é como segue:

Passivo atuarial líquido no início do exercício	
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício	
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	
Ganho/(Perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	
Eliminação antecipada de benefícios	
Passivo atuarial de operações descontinuadas	
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do exercício	

	2018	2017
	6.205	4.682
	1.058	189
	(1.606)	(1.426)
	806	2.760
	(2.975)	—
	172	—
	3.660	6.205

15. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A movimentação no valor das obrigações do plano de previdência privada são as seguintes:

	2018	2017
Valor presente da obrigação no início do exercício	25.395	21.421
Custo do serviço corrente da patrocinadora	524	(248)
Juros sobre a obrigação atuarial	2.333	2.306
Contribuições dos empregados	206	220
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	(90)	1.696
Benefícios pagos pelo plano	(6.224)	—
Valor presente de operações descontinuadas	(6.163)	—
Valor presente da obrigação no final do exercício	15.981	25.395

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2018 é demonstrada abaixo:

Hipótese	Taxa de desconto	
	'0.5% aumento	'0.5% redução
Impacto na obrigação	21.891	22.406

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima

A movimentação no valor justo dos ativos do plano de previdência privada são as seguintes:

	2018	2017
Valor justo dos ativos no início do exercício	19.190	16.739
Retorno real dos investimentos	1.799	1.869
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.606	1.426
Contribuições pagas pelos empregados	206	220
Benefícios pagos pelo plano	(3.249)	—
Outros ajustes em outros resultados abrangentes	(896)	(1.064)
Valor justo das operações descontinuadas	(6.335)	—
Valor justo dos ativos no final do exercício	12.321	19.190

15. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A composição da despesa (receita) total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2018	2017
Custo do serviço corrente	524	(248)
Juros sobre as obrigações atuariais	2.333	2.306
Rendimento dos ativos do plano	(1.799)	(1.869)
Despesa (receita) total reconhecida no resultado	1.058	189

A previsão da despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2018
Custo do serviço corrente	524
Juros sobre as obrigações atuariais	2.333
Despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício seguinte	2.857

A forma como os ativos do plano está distribuída é demonstrada abaixo:

	2018	2017
Renda fixa	100%	100%

O montante total dos ativos do plano ao final de 2018 é de R\$12.321 (R\$19.190 em 2017).

16. Plano de assistência médica

A Companhia oferece o plano de assistência médica que garante a manutenção de cobertura vitalícia exclusivamente ao grupo de empregados aposentados até 31 de dezembro de 2002 e seus beneficiários. Os passivos estimados atuarialmente relacionados a esse plano encontram-se integralmente provisionados em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$97.930 (R\$91.536 em 31 de dezembro de 2017).

16. Plano de assistência médica--Continuação

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (R1) (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram adotados o método atuarial de Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2018	2017
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,00% a.a.	9,75% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos no plano	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	10,24% a.a.	10,77% a.a.
Taxa de aumento na utilização da assistência médica	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,04% a.a.	5,55% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP-94 Geracional	UP-94 Geracional
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

A conciliação dos ativos e passivos é como segue:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	127.886	92.456
Valor presente das obrigações atuariais	127.886	92.456
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	127.886	92.456
Passivo atuarial líquido	127.886	92.456

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

	2018	2017
Passivo atuarial líquido no início do exercício	92.456	85.304
Despesa reconhecida no resultado do exercício	8.713	9.254
Contribuição da patrocinadora vertida no exercício	(6.768)	(6.039)
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	33.485	3.937
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	127.886	92.456

Conforme permitido no parágrafo 93º. do CPC 33 (R1) (IAS 19), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

16. Plano de assistência médica--Continuação

A análise de sensibilidade quantitativa em relação as hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2018 é demonstrada abaixo:

Hipóteses	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos	
	0,5% aumento	0,5% redução	1% aumento	1% redução
Impacto na obrigação	122.190	134.044	139.467	117.798

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima.

A despesa reconhecida no resultado de 2018 da Companhia no montante de R\$8.713 refere-se a juros sobre as obrigações atuariais e amortização de perdas atuariais e custo do serviço prestados não reconhecidos.

A composição da despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2018	2017
Juros sobre as obrigações atuariais	8.713	9.254
Despesa total reconhecida no resultado do exercício	8.713	9.254

A composição da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2018
Juros sobre as obrigações atuariais	8.713
Despesa total reconhecida no resultado do exercício seguinte	8.713

17. Remuneração baseada em ações

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da Whirlpool Corporation – Estados Unidos, controladora da Whirlpool S.A., onde o programa é registrado na SEC - Security Exchange Commission. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

Opções de ações

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são exercíveis ao longo de um período de 3 anos, prescrevendo após 10 anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria.

A controladora aplica o método *Black-Scholes* para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (United States Zero Coupon Securities) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos. Com base no modelo de precificação utilizado, a média ponderada do valor justo das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de US\$38,34 e US\$44,03 respectivamente. As principais premissas utilizadas são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo <i>Black-Scholes</i>	2018	2017
Taxa de juros livre de risco	2,6%	1,90%
Expectativa de volatilidade	28,0%	32,0%
Expectativa de dividendos	2,6%	2,3%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	5 anos

17. Remuneração baseada em ações--Continuação

Opções de ações

Movimentação das opções de ações

O quadro abaixo apresenta a movimentação das opções de ações durante o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2017	85	132,75
Outorgadas	25	177,19
Exercidas	(13)	119,73
Perda do direito ou prescritas	(12)	171,12
Opções em aberto em 31/12/2017	85	143,04
Opções exercíveis em 31/12/2017	46	124,71

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2018	85	142,80
Outorgadas	23	172,70
Exercidas	(2)	95,51
Perda do direito ou prescritas	(6)	—
Opções em aberto em 31/12/2018	100	148,54
Opções exercíveis em 31/12/2018	58	134,84

O valor intrínseco das opções de ações em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de US\$0,4 milhão e US\$2,6 milhões, respectivamente. Não houve benefício fiscal decorrente destas transações. O valor recebido das opções de ações exercidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de US\$0,4 milhão e US\$5,9 milhões, respectivamente. A média ponderada remanescente da cláusula contratual das opções de ações em 31 de dezembro de 2018 é de 6,7 anos (6,9 anos em 31 de dezembro de 2017).



17. Remuneração baseada em ações--Continuação

Unidades de Ações Restritas - “Restricted Stock Units”

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo de empregados em cargos gerenciais, cuja aquisição de direito dá-se ao longo de um período de 3 anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que variam de 3 a 7 anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

Ações com base no desempenho são aquelas outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após 3 anos subsequentes ao período de desempenho. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito. O valor justo das ações em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de US\$10,8 milhões e US\$15,2 milhões, respectivamente.

17. Remuneração baseada em ações--Continuação

Unidades de Ações Restritas - “Restricted Stock Units”--Continuação

A mensuração do custo das ações é baseada na cotação das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da outorga. A média ponderada do valor justo dos prêmios outorgados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram US\$651,52 e US\$545,19, respectivamente.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das ações:

	Número de ações (em milhares)	Média Ponderada do valor justo (US\$)
Ações não revertidas em direito em 01/01/2017	82	138,58
Outorgadas	44	164,81
Perda de direito	(20)	155,44
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(26)	120,08
Ações não revertidas em direito em 31/12/2017	80	157,12
Ações não revertidas em direito em 01/01/2018	80	157,19
Outorgadas	14	160,40
Perda de direito	(6)	145,77
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(18)	154,66
Ações não revertidas em direito em 31/12/2018	70	156,67

A despesa referente à remuneração baseada em ações foi de R\$26.323 e R\$36.378 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

18. Instrumentos financeiros

I. Objetivo

A Companhia está exposta aos riscos de mercado, crédito e liquidez que podem apresentar impacto em seu resultado. A sua administração tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar estes riscos, de acordo com as políticas e procedimentos globais determinados por sua Controladora.

II. Risco de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de *commodities* que podem afetar os resultados operacionais e financeiros. Para gerenciar estes riscos, são utilizados instrumentos financeiros derivativos para reduzir a volatilidade em seu resultado.

As operações com derivativos são definidas através de política global determinada por sua Controladora. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil.

Ainda de acordo com a política, todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de balanço (contas a receber e a pagar). A política define também um percentual de endividamento em taxa flutuante e fixa.

Os contratos de derivativos podem ser designados como *hedge* de fluxo de caixa ("Cash Flow Hedge") ou *hedge* de valor justo ("Fair Value Hedge"). Trimestralmente, são realizados testes de eficácia prospectivos e retrospectivos de suas operações.

A Companhia possui área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada, de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: Contrato Futuro de Moeda NDF ("Non Deliverable Forward" Asiáticos e "Plain Vanilla").

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

NDF's "Plain Vanilla", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Tipos de *Hedge* utilizados pela Companhia conforme Política Global.

Hedge de balanço a valor justo.

As exposições em moeda estrangeira apresentadas na posição de balanço são cobertas por operações de "hedge" nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como *hedge* a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente.

Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de "hedge" são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado financeiro conforme segue:

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Moeda Estrangeira	35.278	3.520	44.103	(731)

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de "hedge" é compensado pelo ganho ou perda cambial - das exposições cobertas.

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. A exposição futura desta exposição é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de "hedge" ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75% de cobertura, entre 12 a 24 meses: de 0% a 75% de cobertura.

É importante ressaltar que a companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 75% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição "overhedged" e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de "hedge" no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

Os ajustes referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Moeda Estrangeira	(25.567)	14.298	(25.567)	14.298

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Exposição a riscos de “commodities”--Continuação

A Companhia está exposta à variação de preços de “commodities”, principalmente cobre e alumínio, da qual se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela London Metal Exchange (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de *commodities* em dólares. *Portanto*, na análise de exposição de moedas os valores de *commodities* são considerados.

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a política adotada *estabelece*: cobertura de “*hedge*” para os próximos três anos, sendo necessária a aprovação da Diretoria, da seguinte forma:

	Próximos 9 meses	Entre 10 a 12 meses	Entre 13 a 15 meses	Entre 16 a 18 meses	Entre 19 a 21 meses	Entre 22 e 36 meses
Limite de cobertura	50% a 80%	40% a 70%	30% a 60%	20% a 50%	10% a 40%	0% a 30%

A Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado evitando qualquer posição *overhedged* e especulativa. Os ajustes positivos/(negativos) dos contratos de commodities é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento do ajuste positivo/(negativo) de *hedge* afeta a demonstração de resultado no mesmo momento do item protegido.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas. Os ajustes referentes aos contratos de commodities foram registrados no custo do produto vendido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Commodities	30.594	2.960	30.594	2.960

c) Exposição a taxas de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento do FINEP, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos financeiros de derivativos designados para *hedge* de taxa de juros.

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de *hedge* da Companhia são contabilizados em contas de ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2018, e 31 de dezembro de 2017, o impacto do *hedge* no balanço está demonstrado na tabela abaixo:

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

Controladora e Consolidado				
		Valores nominais		
	Classificação do hedge*	31.12.2018	31.12.2017	
Commodities	CF	166.102	173.764	
Moeda estrangeira	CF / FV	511.671	318.509	
Total		677.773	492.273	

Controladora				
		Valor Justo		
	Classificação do Hedge*	Hedge ativos	Hedge passivos	
Commodities	CF	259	14.020	(19.032)
Moeda estrangeira	CF / FV	26.934	8.855	(974)
Total		27.193	22.875	(20.006)
Circulante		8.849	14.747	(17.202)
Não circulante		18.344	8.128	(2.804)

Consolidado				
		Valor justo		
	Classificação do Hedge*	Hedge ativo	Hedge passivo	
Commodities	CF	259	14.020	(19.032)
Moeda estrangeira	CF / FV	26.934	8.859	(974)
Total		27.193	22.879	(20.006)
Circulante		8.849	14.751	(17.202)
Não circulante		18.344	8.128	(2.804)

* CF: "Cash Flow Hedge" – Hedge de fluxo de caixa ou FV: "Fair Value Hedge" – Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado (MTM, *mark-to-market*) destas operações.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificados de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Hedge de fluxo de caixa				
Moeda estrangeira	845	451	(25.567)	3.437
Commodities	(18.512)	14.020	30.594	8.458
Saldo final	(17.667)	14.471	5.027	11.895
Saldo final líquido de impostos	(11.660)	9.551	3.318	7.851
<hr/>				
Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificados de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Hedge de fluxo de caixa				
Moeda estrangeira	845	451	(25.567)	3.437
Commodities	(18.512)	14.020	30.594	8.458
Saldo final	(17.667)	14.471	5.027	11.895
Saldo final líquido de impostos	(11.660)	9.551	3.318	7.851

As movimentações das operações de “hedge accounting” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial líquida dos impostos diferidos entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, nos montantes de R\$(11.871) e R\$9.551, respectivamente, resultam na variação R\$(21.211), conforme divulgado nas Demonstrações de Mutação do Patrimônio Líquido.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço

Ativos e passivos apresentados na posição de balanço foram cobertos por operações de “*hedge*”, dos quais o valor justo referente a estas operações foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira, conforme abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reclassificados de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	31.12.2018	31.12.2017
Valor justo de Hedge		
Exposição líquida de balanço	845	(20.696)
Ajuste - hedge moeda estrangeira	(18.512)	13.893

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reclassificados de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	31.12.2018	31.12.2017
Valor justo de Hedge		
Exposição líquida de balanço	(25.567)	58.239
Ajuste - hedge moeda estrangeira	30.594	9.642

* As operações de commodities são mantidas em dólar. Para conversão utilizamos Ptax VBC de 31/12/2018 R\$3,8748.

A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

f) Exposição no período

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado das liquidações das operações de *hedge* quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item V. Análise de Sensibilidade. Para as operações de “*hedge*” cambial das controladas no exterior, que compõem o consolidado, foram convertidas para reais pela Ptax divulgada pelo Banco Central nas datas finais de cada período:

Controladora					Consolidado				
1T19	2T19	3T19	4T19	Total	1T19	2T19	3T19	4T19	Total
(1.278)	(1.404)	(2.889)	(2.782)	(8.353)	(1.278)	(1.404)	(2.889)	(2.782)	(8.353)
1T20	2T20	3T20	4T20	Total	1T20	2T20	3T20	4T20	Total
(2.324)	(465)	18.329	0	15.540	(2.324)	(465)	18.329	0	15.540

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de hedges.

III. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito no seu contas a receber, contas a pagar, financiamentos e caixa. Para mitigar seu risco, a Companhia possui política que estabelece diretriz, metodologia e processo para definir limites de créditos de clientes e fornecedores.



18. Instrumentos financeiros--Continuação

III. Risco de crédito--Continuação

A Companhia classifica suas contrapartes conforme avaliação de “rating” determinado internamente através de metodologia própria, revisada e avaliada por auditoria externa independente, levando em consideração os resultados financeiros e de caixa gerados pela contraparte no último exercício. Para contrapartes bancárias, a Companhia utiliza classificação da agência de “rating” Moody’s, conforme tabela:

Contraparte	"Rating" Global Moody's
Banco do Brasil	Ba3
Bradesco	Ba3
Citibank	A1
HSBC	A2
Itaú BBA	Ba3
JP Morgan	A2
Santander	Ba3
Deutsche Bank	A3
Société Générale	A1

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando a geração operacional da Companhia e mantém linhas de crédito pré-aprovadas com bancos para mitigar o risco de liquidez.

A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

IV. Gestão do capital social

O objetivo da administração na gestão de capital é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Controladora		
	Alavancagem	
	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimo e financiamentos	389.665	1.104.703
Derivativos	(7.187)	(22.488)
(-) Caixa e equivalente de caixa	(559.458)	(443.882)
Dívida líquida	(176.980)	638.333
Patrimônio líquido	2.189.909	2.238.579
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.012.929	2.876.912

Consolidado		
	Alavancagem	
	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimo e financiamentos	452.586	1.179.456
Derivativos	(7.187)	(22.492)
(-) Caixa e equivalente de caixa	(959.157)	(1.167.658)
Dívida líquida	(513.758)	(10.694)
Patrimônio líquido	2.190.366	2.374.681
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.676.608	2.363.987

18. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação nº 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “*commodities*”.

O cenário provável foi calculado baseado no “valor de mercado” que utiliza a curva futura publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

A taxa adotada para o cenário provável do Brasil foi a Ptax divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2018. Para as controladas no exterior, a taxa adotada foi a de fechamento divulgada pela Bloomberg em 31 de dezembro de 2018.

Para o cálculo das operações de Termo de Mercadorias Asiático, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução no preço de “*commodities*” de 25% e 50% respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações de derivativos:

Controladora	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	(18.773)	(54.996)	(91.161)
Hedge de moeda	Queda da moeda	25.960	(97.220)	(219.308)

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “*commodities*”

18. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Análise de sensibilidade--Continuação

Consolidado	Risco			
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	(18.773)	(54.996)	(91.161)
Hedge de moeda	Queda da moeda	25.960	(97.220)	(219.308)

É importante ressaltar que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção da exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia apresenta alto grau de efetividades em suas operações com derivativos.

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de empréstimo e aplicações financeiras, a Companhia considerou TJLP a 7% e CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a 6,39% para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

Controladora	Risco			
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário remoto
Aplicação financeira	Baixa da taxa de juros	27.519	20.642	13.764

18. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Análise de sensibilidade--Continuação

Consolidado	Risco			
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	47.075	35.311	23.545

VI. Valor Justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil, porém os ativos e passivos financeiros da Companhia já estão marcados a valor justo, exceto os empréstimos que estão a custo amortizado, cujo valor justo é próximo ao seu valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo financeiro				
Clientes	1.022.574	1.532.716	1.231.451	2.239.675
Derivativos em hedge	27.193	22.875	27.193	22.879
Caixa e equivalente de caixa	559.458	443.882	959.157	1.167.658
Total	1.609.225	1.999.473	2.217.801	3.430.212
Passivo financeiro				
Fornecedores	2.007.932	1.732.188	2.305.391	2.577.771
Empréstimo	389.665	1.104.703	452.586	1.179.456
Derivativos em hedge	20.006	387	20.006	387
Total	2.417.603	2.837.278	2.777.983	3.757.614

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Whirlpool usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Valor Justo--Continuação

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

Os ativos e passivos calculados pelo seu valor justo foram classificados em níveis conforme tabela abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo financeiro			
Caixa e equivalência de caixa	959.157	—	—
Derivativos em hedge	—	27.193	—
Passivo financeiro			
Empréstimos	—	452.586	—
Derivativos em hedge	—	20.006	—

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Para o cálculo, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças significativas entre valor contábil e o valor justo (“valor de mercado”).
- b) O valor justo de ativos ou passivos financeiros disponíveis para venda é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras, quando houver.

19. Receita líquida de vendas

A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita bruta	7.603.270	7.254.437	9.299.592	9.022.601
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	7.603.270	7.254.437	9.299.592	9.022.601
Deduções	(2.430.938)	(2.363.875)	(3.105.637)	(2.981.924)
Impostos sobre vendas e serviços	(1.938.346)	(1.824.359)	(2.484.143)	(2.308.804)
Descontos, devoluções e cancelamentos	(492.592)	(539.516)	(621.494)	(673.120)
Receita líquida	5.172.332	4.890.562	6.193.955	6.040.677

20. Despesas por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	4.552.862	4.289.353	5.217.238	4.981.040
Despesas com vendas e distribuições	289.240	304.987	486.824	479.612
Despesas administrativas	308.366	230.188	355.842	279.265
Outras despesas operacionais líquidas	23.585	33.028	32.247	43.853
	5.174.053	4.857.556	6.092.151	5.783.770
Custos de matéria-prima e materiais indiretos	3.589.497	3.276.373	3.602.274	3.366.458
Outros custos	556.206	520.975	1.214.943	1.132.911
Outras despesas e receitas	64.219	131.380	223.249	258.429
Depreciação e amortização	159.889	129.200	169.606	137.089
Despesas com pessoal	804.242	799.628	882.079	888.883
	5.174.053	4.857.556	6.092.151	5.783.770

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 (Reapresentado)	31.12.2018	31.12.2017 (Reapresentado)
Receita de juros	12.095	31.509	30.097	42.596
Variações monetárias e cambiais ativas	29.014	19.772	46.023	27.877
Ganhos em operações de Hedge	69.324	9.859	82.191	13.428
Receitas de AVP	186.054	233.801	259.052	295.771
Outras receitas financeiras	—	53.331	7.365	53.332
Total de receitas financeiras	296.487	348.272	424.728	433.004
Despesas de juros	(36.369)	(71.094)	(27.425)	(27.843)
Variações monetárias e cambiais passivas	(69.576)	(31.416)	(115.782)	(46.275)
Perdas em operações de Hedge	(34.046)	(6.339)	(38.088)	(14.159)
Despesas de AVP	(158.731)	(125.541)	(188.892)	(156.669)
Outras despesas financeiras	(43.073)	(62.671)	(45.262)	(74.381)
Total de despesas financeiras	(341.795)	(297.061)	(415.449)	(319.327)
	(45.308)	51.211	9.279	113.677



22. Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada

Em 23 de abril de 2018 o Conselho de Administração da Whirlpool Corporation aprovou a venda do negócio de Compressores Global, sob a marca Embraco, e posteriormente no dia 24 de abril de 2018, celebrou um contrato para vender este negócio globalmente para a Nidec Corporation, por um preço de US\$1,08 bilhão, sujeito a ajustes habituais de capital de giro e endividamento.

A Whirlpool S.A. detém parte do negócio de Compressores, que além da divisão de compressores da Embraco no Brasil, também são subsidiárias da Whirlpool S.A. as entidades sediadas na China, quais sejam, a Beijing Embraco Snowflake Co. Ltd. e a Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd., e no Uruguai através da Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A., esta que por sua vez é controladora da Embraco North America Inc., sediada nos Estados Unidos e portanto são reportadas como parte integrante das nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

A transação ainda não foi concluída e está sujeita a aprovações regulatórias e outras condições normais, incluindo a implementação de um plano de reestruturação societária no Brasil, visando à segmentação da unidade de negócios Embraco para uma subsidiária da Companhia.

Seguem abaixo as informações financeiras consolidadas e individuais, sendo balanço patrimonial, demonstrações do resultado e fluxo de caixa resumidos do negócio de Compressores em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

22. Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada--Continuação

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Circulante				
Caixas e equivalentes de caixa				
	1.329	12.081	406.107	367.375
Contas a receber, líquidas	166.949	321.206	775.070	713.926
Estoques	—	161.996	406.441	401.977
Impostos a recuperar e antecipados	24.377	21.951	54.385	29.360
Partes relacionadas	196.814	218.540	618.261	641.414
Operações com derivativos	46	1.641	46	1.641
Outros créditos	2.036	73.252	96.256	145.558
Total do ativo circulante	391.551	810.667	2.356.566	2.301.251
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos a recuperar	—	20.395	2.358	20.395
Depósitos para recursos e outros	2.446	2.085	2.293	2.069
Impostos de renda e contribuição social diferidos	—	—	—	15.148
Outros créditos	18.716	25.222	18.674	25.328
Total do realizável a longo prazo	21.162	47.702	23.325	62.940
Investimentos	1.670.019	810.146	454	2.872
Imobilizado	594	354.906	694.555	617.105
Intangível	—	84.161	109.499	105.652
Total do ativo não circulante	1.691.775	1.296.915	827.833	788.569
Total do ativo	2.083.326	2.107.582	3.184.399	3.089.820

22. Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada--Continuação

Balanço Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante				
Fornecedores	257.310	382.686	1.028.421	920.998
Empréstimos e financiamentos	186.490	321.885	314.075	321.885
Impostos, taxas e contribuições a pagar	14.946	4.321	32.726	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.883	40.575	13.250	40.575
Salários e encargos sociais	—	46.060	53.932	58.099
Partes relacionadas	53.388	61.084	83.123	247.862
Operações com derivativos	1.085	—	1.085	—
Outros débitos	37.079	64.970	121.846	175.281
Total do passivo circulante	557.181	921.581	1.648.458	1.764.700
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	—	35.902	—	35.902
Plano de previdência privada	—	8.216	—	8.216
Plano de previdência médica	29.956	20.852	29.956	20.852
Provisão para demandas judiciais e administrativas	13.159	15.492	13.159	15.492
Outros débitos	6.907	15.670	7.647	19.231
Total do passivo não circulante	50.022	96.132	50.762	99.693
Outros resultados abrangentes	89.782	40.697	89.782	40.697
Participação de acionistas não controladores	—	—	9.056	135.558
Patrimônio líquido mantido para venda e operação descontinuada	1.386.341	1.049.172	1.386.341	1.049.172
Total do patrimônio líquido	1.476.123	1.089.869	1.485.179	1.225.427
Total do passivo e patrimônio líquido	2.083.326	2.107.582	3.184.399	3.089.820

22. Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada--Continuação

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita líquida de vendas e serviços	1.084.147	1.379.952	3.227.545	3.000.138
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(973.059)	(1.195.975)	(2.940.123)	(2.582.777)
Lucro bruto	111.088	183.977	287.422	417.361
Despesas (receitas) operacionais:				
Com vendas	(26.451)	(37.573)	(108.678)	(109.105)
Gerais e administrativas	(145.719)	(159.106)	(173.691)	(216.084)
Receitas financeiras	403.043	281.324	536.954	315.772
Despesas financeiras	(387.646)	(244.027)	(503.772)	(276.755)
Participação em sociedades controladas	42.944	59.721	—	—
Outras despesas líquidas	19.596	17.131	(17.464)	(16.749)
	(94.233)	(82.530)	(266.651)	(302.921)
Lucro antes dos impostos e das participações	16.855	101.447	20.771	114.440
Imposto de renda e Contribuição social correntes	(15.416)	(537)	(39.196)	(31.659)
Imposto de renda diferido	(5.669)	(4.466)	8.232	(6.526)
Contribuição social diferida	(2.040)	(1.608)	(3.089)	9.740
	(23.125)	(6.611)	(34.053)	(28.445)
Lucro antes da participação dos acionistas minoritários	(6.270)	94.836	(13.282)	85.995
Participação de acionistas não controladores	—	—	7.012	8.841
Lucro líquido do período	(6.270)	94.836	(6.270)	94.836
Número de ações no final do período	1.502.786	1.502.786	1.502.786	1.502.786
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	(0,0042)	0,0631	(0,0042)	0,0631
Atribuível:				
Acionistas controladores	(6.270)	94.836	742	103.677
Acionistas não controladores	—	—	(7.012)	(8.841)

22. Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada--Continuação

Demonstração do Fluxo de Caixa

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais
 Caixa líquido aplicados proveniente das atividades de investimentos
 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento
Aumento (redução) de caixa equivalentes de caixa:

Reconciliação de caixa equivalente de caixa:

Caixa equivalente de caixa conforme demonstração do fluxo de caixa
 Caixa equivalente de caixa conforme balanço patrimonial
 Caixa incluído em ativo mantido para venda

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	469.256	179.784	357.148	120.057
Caixa líquido aplicados proveniente das atividades de investimentos	(260.359)	(82.595)	(226.351)	68.478
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(219.649)	(97.704)	(92.065)	(97.704)
Aumento (redução) de caixa equivalentes de caixa:	(10.752)	(515)	38.732	90.831
<hr/>				
	Controladora	Consolidado		
	31.12.2018	31.12.2018		
Caixa equivalente de caixa conforme demonstração do fluxo de caixa	560.787	1.365.264		
Caixa equivalente de caixa conforme balanço patrimonial	559.458	959.157		
Caixa incluído em ativo mantido para venda	1.329	406.107		



23. Evento Subsequente

Em fevereiro de 2019, a Whirlpool S.A. teve ciência do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3^a Região, que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e o direito à recuperação dos pagamentos realizados a maior entre 2001 a 2014, aproximadamente no valor de R\$571 milhões.

BRASTEMP

Consul

KitchenAid®

embraco